

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 174.ª Sessão Ordinária
Realizada em 5 de Outubro de 1971
(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Acyr José, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fedel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Domicio Scaramella, Aguinaldo Pereira Lima, Arizone Araújo, Emílio Carazzai, Hélio Manfrinato, Odilon Reinhardt, Paulo Camargo (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente, declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente:

A Liderança da ARENA designa, para representar a Bancada na Comissão Especial que estudará a criação do Instituto de Previdência da Assembléia os Senhores Deputados Armando Queiroz e Paulo Camargo.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1971.

(a) João Mansur

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente:

Para representar o MDB na Comissão Especial que estudará a criação do Instituto de Previdência da Assembléia designo o Senhor Deputado Muggiati Filho.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger.

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições REQUEREM, após ouvido o Plenário, se registre na Ata dos Trabalhos de hoje, o Ofício n.º 59-71, que recebemos do Senhor Prefeito Municipal de Cêro Azul.

Requerem, outrossim, se dê ciência ao Exmo. Sr. Governador Haroldo Leon Peres, e Exmo. Sr. Diretor do DER, Eng. Wilson Ribeiro, como as colendas Câmaras de Vereadores de Cêro Azul e Rio Branco do Sul, após a aprovação dêste.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 1971.

(aa) PAULO POLI e BORSARI NETO

Requerimento

Senhor Presidente:

Esta Casa e o Paraná tomaram conhecimento, pesarosos, há poucos dias, através da imprensa da Capital e despronunciamentos aqui feitos por ilustres colegas, do violento temporal que assolou recentemente a região Norte do Estado, notadamente os municípios de Campo Mourão e Araruna, ocasionando incalculáveis prejuízos às suas populações citadinas e rurais, bem como aos respectivos governos municipais, já que quase tudo foi destruído.

Não contando a Prefeitura Municipal de Araruna com recursos técnicos ou financeiros, de molde a poder dar atendimento aos atingidos pelo violento temporal, parece-nos justo que o Governo do Estado deva socorrê-lo nessa grave emergência, auxiliando-o financeira e materialmente, à fim de que o seu Processo de desenvolvimento e progresso não venha a sofrer por falta desse amparo, solução de continuidade.

Nessas condições, REQUEIRO seja encaminhado, por intermédio da Mesa, veementemente apêlo ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que seja dado, por aquela Pasta, o atendimento que se faz mister ao Município de Araruna, a fim de minimizar, pelo menos, os efeitos daquela catástrofe que atingiu profundamente, com sérios danos, a sua população, notadamente a da zona rural, que teve em grande parte destruída a sua lavoura cafeeira.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 1971.

(a) — Lázaro Dumont.

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1. Que vaseando sua produção em duas espécies de palmito, EUTERPE EDULIS MART. e EUTERPE OLERACEA MART., o Brasil exportou, na década de 1960, 18.176 t. de palmito em conserva no valor de US\$ 9.480.499 FOB;
2. A inexistência de estatísticas do consumo interno, mas que, segundo dados comparativos estima-se em quatro vezes mais que o total exportado;
3. A existência de reservas naturais da espécie EUTERPE EDULIS MART. nas encostas da Serra do Mar, planícies do litoral e Oeste do nosso Estado;

4. A importância que representa e que poderá representar à economia paranaense a plantação e consequente industrialização do palmito, adotando-se métodos racionais, principalmente na produção de mudas e na orientação técnica ao plantio,

Requeiro à Mesa, regionalmente, oficie-se o Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, sugerindo à S. Exa. que se digne determinar a criação de um Grupo de Trabalhos, para, objetivando oferecer melhores condições desenvolvimento a plantação de palmito no Paraná, realize os seguintes estudos:

1.º — Seleção de áreas ideais para o plantio;

2.º — esquema para permanente distribuição de mudas aos agricultores;

3.o — Assistência técnica e orientação aos plantadores, visando a adoção dos melhores métodos existentes.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 1971.

(a) — Maurício Fruct.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 225-71

A Assembléia Legislativa do Estado Paraná

Decreta:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, como Fundação de Direito Público, na forma prevista na Lei Federal n.o 5540, de 28 de novembro de 1968, e na Lei Estadual n.o 4978, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino), uma Faculdade de Ciências Econômicas, na cidade de Pato Branco.

Art. 2.o — O Poder Executivo baixará os atos necessários à constituição e funcionamento do estabelecimento de ensino criado por esta Lei.

Art. 3.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 1971.

(a) — Cândido Martins de Oliveira.

JUSTIFICATIVA EM PLENARIO.

PROJETO DE LEI NR. 226-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta: —

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, como Fundação de Direito Público, na forma prevista na Lei Federal nr. 5540, de 28 de novembro de 1968, Lei Estadual nr. 4978, Sistema Estadual de Ensino, de 5 de dezembro de 1964, uma Faculdade de Agronomia e Veterinária no Município de Francisco Beltrão.

Art. 2.o — O Poder Executivo baixará atos necessários à constituição e funcionamento do estabelecimento de ensino, criado por esta Lei.

Art. 3.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1971.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

JUSTIFICATIVA: —

O Sudoeste do Estado, cuja colonização foi iniciada por gauchos e catarinenses na década de 40 e está consolidando nestes últimos anos uma nova civilização, apresenta-se ao Paraná e ao Brasil como uma das regiões mais promissoras em termos de representar um novo horizonte de progresso material e harmonia social.

Nascido da luta e da coragem dos tropeiros, no início deste século, aquela vasta região de fronteira é hoje, um marco de brasilidade e uma avançada sentinela de defesa das nossas tradições. Lá, talvez como em nenhum outro lugar, dia a dia na conquista da terra e na batalha pela sobrevivência, forja-se o novo Brasil; livre, coeso e progressista, no caldeamento de várias raças e no entrelaçamento de vários costumes.

Com espírito aventureiro e muito destemido, o homem do Sudoeste, mais, ainda do gaúcho, catarinense, paranaense, paulista, nortista, etc., é antes de tudo Brasileiro. Ama esta terra. Nela vive e por ela morre.

Tem um grande sonho. Legar aos seus, uma vida sem tantas dificuldades. Para isso vive e luta.

É estável. Compra a propriedade ou a posse para si e para a sua família. Dificilmente troca de moradia. Quer sossego e paz. Tendo a sua terra e através dela condições de sobreviver, está satisfeito. Mas almeja muito para seus filhos

A colonização sudoestina é diferente da colonização de outras regiões do Paraná. No Norte, o fascínio do Café e a consequente valorização da terra, chamou homens de todo o Brasil. Atraiu, principalmente, os que buscavam fortunas fáceis e rápidas. Não se fixavam. Ganhavam e iam. Poucos, muito poucos, aqui ficaram e aqui investiram e que aqui ganharam.

Quem sabe a formação sociológica ou a atração da terra, tenha, no Sudoeste, chamado outro tipo de gente. É verdade que todos vieram ao Sudoeste como vieram ao Norte, para viver novos dias, de mais felicidade e maior abundância. O Sudoeste, todavia, foi mais exigente. Exigiu até sangue para ser conquistado. Todos nos lembramos das lutas que lá se travaram e sabemos das que ainda se lutam.

Enquanto no Norte o Café, cuja proteção Governamental, por ser Divisa para o País, chamou maiores e mais fortes investidores, no Sudoeste, o trigo, o suíno, o milho, o boi etc., e hoje, o soja representam a diversificação da economia regional, sustentada sem amparo oficial, pelos braços dos bravos sulistas que lá se fixaram.

Rapidamente conquistado, celeremente aquela região está se desenvolvendo. Dividido em pequenas propriedades, o Sudoeste continua atraindo os moradores de terras já exauridas de outros Estados.

A implantação de serviços públicos de infra estrutura nos últimos anos, como energia elétrica abundante, via de acesso aos grandes centros por estradas asfaltadas, telecomunicações, saneamento básico em vários centros, transfiguram a terra que, dardiosa e de fácil amanhã, significa, hoje, não apenas uma promessa, mas uma esplendorosa realidade.

Se muito já se fez, muito ainda há por fazer.

Principalmente, no setor da Educação. Os orçamentos Municipais estão extremamente onerados nesse campo. A rede municipal de ensino primário sobrepuja em muito a rede estadual. No campo do ensino médio, todavia, o Governo do Estado mantém, no Sudoeste, estabelecimentos de ensino em número suficiente para atender a atual demanda de matrículas. Não há um só Município que não tenha o seu Ginásio Estadual. E, quase todos possuem a sua Escola Normal, Escola de Comércio, Curso Científico nos mais centrais e populosos e Escola Técnica Agrícola em Clevelândia e Foz do Iguaçu.

Estima-se em mais de 300.000 o número de crianças matriculadas nas Escolas Primárias e, perto de 80.000 as matrículas em cursos de nível médio. Mais de 800 alunos no final de cada ano, portanto, estão, teoricamente, aptos aos cursos de nível superior, após o término do 2.º ciclo do curso médio.

Aqui surge o grande problema.

Desses 800 jovens, bem poucos são os que conseguem deslocar-se para os grandes centros a busca de complementação educacional. A baixa renda familiar é o principal fator impeditivo da continuação ou prosseguimento do aluno sudoestino até os bancos acadêmicos. Mesmo assim, perto de 200 estudantes, anualmente, deixam os seus lares e vêm a Curitiba, Porto Alegre, Ponta Grossa, Londrina, etc., para tentar a sorte nos exames de Vestibular.

Recentemente a questão de tres anos, Palmas, a mais antiga das cidades da região e berço de toda a sua civilização, pelo esforço do seu Bispado e idealismo de uns poucos, implantou o primeiro curso de nível superior do Sudoeste, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Essa Escola significa um verdadeiro marco de Cultura e centro irradiador de formação profissional para centenas de jovens que desejam abraçar a espinhosa carreira do Magistério. A demanda de matrículas de estudantes de todo o Sudoeste paranaense e Oeste catarinense, aquela Faculdade, diz bem da verdadeira sede de cultura que empolga os filhos dos homens que conquistaram a terra e lá se fixaram. O pioneirismo da iniciativa privada em termos educacionais, com a Faculdade de Palmas, dá mais um exemplo aos Governantes e os chama ao preenchimento de lacunas ainda existentes no mesmo campo.

Região eminentemente, agropastoril, o Sudoeste recente-se de orientação

técnica. Os meios e recursos para trabalhar a terra são os mais rudimentares. O seu aproveitamento não chega, segundo os especialistas no assunto, principalmente, os técnicos da ACARPA, a 50% do seu total disponível.

Urge, pois, a implantação na região de um centro de formação profissional no setor agrícola e veterinária. Não apenas, com objetivo de formar lá mesmo os técnicos de que necessitamos; mas, também, para funcionar como Laboratório de novas experiências e núcleo de orientação aos agricultores da região.

Daí a presente proposição, para que se crie e faça funcionar nos próximos anos em Francisco Beltrão, uma Faculdade de Agronomia e Veterinária.

Com base na Lei Federal n.º 5540, de 28 de novembro de 1968 e na Lei Estadual n.º 4.978, de 5-12-64, propomos seja a Escola a ser criada, instituída sob a forma de Fundação de Direito Público, em função não apenas da opção proposta pela legislação, mas, sobretudo, porque, dessa maneira, possibilitar-se-á uma conjugação de esforços e recursos da União, Estado, Municípios e particulares, com vistas à consecução do objetivo por todos almejado.

Efetivamente, assim dispõe o Art. 4.º da Lei Federal citada: "As Universidades e os estabelecimentos de Ensino Superior isolados constituir-se-ão, quando oficiais, em autarquias de regime especial ou em Fundações de Direito Público e, quando particulares, sob a forma de fundação ou associações".

Propomos como sede da futura Faculdade de Agronomia e Veterinária, o Município de Francisco Beltrão, não só por ser um dos mais progressistas e futuros da região, mas, sobretudo, por ser centro geográfico e polo de atração de uma vasta área que vive em função da agricultura e da pecuária.

Realmente, o extremo Sudoeste, capitaneado por Francisco Beltrão, tem a sua economia baseada na agropecuária, com todos os entraves e falta de assistência que tal atividade hoje significa.

Entendemos, modestamente, que uma vez aceito este Plano de Lei e implantada a Escola dêe decorrente, um novo impulso será dado em todo o Sudoeste, Oeste paranaenses e parte de Santa Catarina, não só em termos educacionais; mas, também, em termos de aperfeiçoamento das técnicas de cultura, desde já, com o apoio dos eminentes Deputados Estaduais ao presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE.— Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, vim à Tribuna para fazer um apelo a todos os Srs. Deputados, no sentido de que ajudassem à população da cidade de Campo Mourão, atingida que foi pelo cataclisma ocorrido há cerca de dez dias. Devo esclarecer neste instante, ao lado do meu agradecimento, que tenho tido por parte dos Srs. Deputados a mais ampla contribuição. No entanto, preciso dizer também aos Senhores que a região atingida compreende Campo Mourão, Araruna, Itapejara, e que os nossos esforços, até então, estavam endereçados no sentido de auxiliar a população do Município de Campo Mourão, embora também fôsse o representante de Araruna. Ocorre, todavia, que hoje pela manhã recebi, em meu gabinete, uma Delegação deste Município composta por diversos Srs. Vereadores, por Diretores de estabelecimentos de Ensino, pelo Vice-Prefeito, pelo Prefeito de Araruna, e cada uma, à sua maneira, expôs a situação daquela comuna. Pelo relatório que me foi feito, dá a nítida impressão das dificuldades praticamente insuperáveis que estavam atingindo Araruna. Depois deste entendimento, fui até o Palácio Iguaçu, juntamente com os membros desta Comissão, esclarecer os problemas com mais detalhes ao Governo. E de imediato, foram tomadas as medidas que se não resolvem, pelo menos minora e muito, o sofrimento daquela população. O Governo liberou, a título de doação para atendimento à clas-

cliente aos Senhores Secretário de Agricultura, do Trabalho e Assistência Social e Presidente da Café do Paraná, solicitando urgentes providências no sentido de atender as vítimas existentes e recuperar, através de Assistência Técnica e distribuições de sementes aos agricultores que tiveram a sua lavoura dizimada.

Requer-se, outrossim, seja enviado, do presente cópia ao Senhor Prefeito Municipal de Chopinzinho e à Câmara Municipal daquele Município.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 1971.

(aa) Cándido Martins de Oliveira e
Sebastião Rodrigues Júnior”.

Peço, outrossim, seja enviado ao Prefeito Municipal de Chopinzinho e Câmara Municipal daquele Município. Assinado Cándido Manoel Martins de Oliveira e Sebastião Rodrigues, Deputados Estaduais.

Fica pois aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso apêlo às autoridades para que voltem sua atenção para aqueles agricultores que sofrem no Município de Chopinzinho, neste momento, a frustração, ainda que em parte, de suas lavouras, fornecendo-lhes sementes de soja, de milho, para que eles possam replantar e, assim sendo, recuperarem-se do prejuízo que vêm sofrendo com as chuvas que se abateram sobre a região. Imagino mesmo que o prejuízo não vai ser apenas do Município de Chopinzinho, pois me encontrava em Pato Branco domingo, dia 3, e pude presenciar que as fortes chuvas abateram-se, não somente sobre aquele Município, mas sobre vários Municípios do Sudoeste paranaense. Apelamos pois às autoridades, ao Secretário da Agricultura, ao Secretário da Café do Paraná, para que promova o levantamento dos prejuízos nos Municípios do Sudoeste do Paraná e procure em tempo dar condições aos agricultores daquela região, de se recuperarem do prejuízo com o replantio de suas lavouras.

Endereço à Mesa o presente Requerimento, para que o mesmo seja após ouvido o Plenário, remetido às autoridades aqui referidas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a satisfação e a honra de registrar a presença neste Plenário, do Sr. Prefeito de Astorga, Sr. Carlos Anunciação.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O MDB, Partido ao qual pertenco, sempre propugna e por certo propugnará, pelo retorno das eleições livres e democráticas, quer na área do Executivo Federal, dos Executivos dos Estados e nas próprias Prefeituras, onde as eleições são indiretas, através da indicação, com a ausência do Legislativo Estadual.

Há alguns meses atrás esta Casa recebeu a indicação do cidadão Jayme Lerner, para a Prefeitura de Curitiba. O MDB não participou daquela escolha; não votou; isto é, votou em branco, porque não tinha opção, escolha. E isto se verificou em todo o território nacional. Juntamente com a minha Bancada, eu também votei em branco por discordar daquela maneira de escolha dos Prefeitos aqui. Se novamente, no dia de amanhã, ti-que-la forma, tenho certeza, eu e minha Bancada, votaríamos em branco, pelas mesmas razões.

Não obstante este nosso comportamento, que é a linha nacional do Partido, não me impede de vir aqui, de público, dizer que o Prefeito Jaime Lerner tem se saído airoso, no Executivo de nossa Capital; deu véssemos em circunstâncias idênticas, votar daquela forma, desta ou da uma nova forma, uma nova estrutura à cidade de Curitiba. Resolveu o problema sério como o das bancas de jornais; deu uma nova feição às

rias com os asfaltamentos, as iluminações públicas, enfim, a cidade ganhou novo aspecto. E eu aqui, de público, venho reconhecer o mérito deste grande Prefeito, deste jovem idealista, que tem dado aos curitibanos as vontades para, numa atitude insuspeita, render a minha homenagem ao Premieiros impressões e superado todas as expectativas. Não votei em S. Exa. é verdade, porque não tinha opção, e isto me deixa perfeitamente afeito Jayme Lerner, que tem sido, inegavelmente, um dos maiores administradores de nossa Capital. E faço este pronunciamento que não é voto de louvor nem de gratidão a S. Exa. é apenas o reconhecimento, de público, a um grande administrador que Curitiba tem e que, por certo, marcará época na Chefia do Executivo da Capital. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Em dia da semana passada, em companhia do Exmo. Sr. Enio Engel da Costa, Prefeito de Cêro Azul, estive no Palácio Iguacu, onde fomos atendidos em audiência especial, pelo Governador do Estado, sr. Haroldo Leon Peres.

Naquela ocasião o Prefeito daquela Comuna reivindicava junto a S. Exa. um melhor atendimento na estrada que liga Cêro Azul a Rio Branco do Sul, eis que é uma região centenária e há muitos anos abandonada.

S. Exa. atendeu de pronto às reivindicações de ambos os Prefeitos, pois o de Rio Branco do Sul havia anteriormente estado com S. Exa.

Assim é que, neste instante, estamos dando ciência à Casa de ofício que recebemos do Prefeito de Cêro Azul, de cujo conteúdo passaremos a dar conhecimento à Casa. (Lê):

"Com o presente queremos levar ao conhecimento de V. Exa. a grande receptividade que teve em nosso Município a divulgação da entrevista que nos concedeu S. Exa. o Governador do Estado, na qual acatou a velha reivindicação de Cêro Azul e Rio Branco do Sul, qual seja a ligação entre a sede dos dois Municípios, determinando que de imediato fôsem tomadas providências pelo DER para tal.

Sómente um Governo como o de Haroldo Leon Peres, perfeitamente entrosado com as verdadeiras aspirações de uma região e de seus habitantes, seria capaz de tal medida, sabendo já que por esta nova rodovia haverão de correr as riquezas do solo e do sub-solo Cêro azulente.

Queremos, portanto, que, desta Tribuna da Casa do povo paranaense, em que tão dignamente representa o centenário Município de Cêro Azul, registre nossos mais profundos agradecimentos ao Governador do Estado, bem como ao digníssimo Diretor do DER, dr. Wilson Ribeiro, pelo acatamento e especial atenção dispensada ao povo de Cêro Azul, na pessoa do Prefeito Municipal que, na oportunidade, apresenta ao nobre Deputado os protestos de consideração e apreço".

Neste instante iremos encaminhar um requerimento para que se registre na Ata dos trabalhos de hoje, o conteúdo do ofício que acabamos de ler. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Ivo Tomazoni, quinto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Dois Srs. Deputados requereram, nesta sessão, providências das autoridades estaduais para que as autoridades da Secretaria da Agricultura em especial, socorressem os agricultores do Município de Chopinzinho, vítimas da chuva de granizo, que, segundo informações, teria caído sobre as plantações naquele Município do Sudoeste paranaense, no dia de ontem,

Esta é a oportunidade, sr. Presidente, srs. Deputados, para que, nesta Casa, um dos assuntos que não tem merecido a devida atenção dos Representantes do povo, seja abordado aqui com um pouco mais de seriedade e objetividade.

De nada vale, Srs. Deputados, clamar ao Governo do Estado providências no sentido de socorrer flagelados de intempéries, porquanto sabemos todos que não dispõe a Secretaria da Agricultura, nem qualquer órgão da administração direta ou indireta do Estado, dotação orçamentária à conta de ressarcimento de prejuízos dessa ordem. Vale lembrar que o vizinho Estado de São Paulo vem aplicando, há alguns anos, com inteiro sucesso, uma legislação sob denominação de Seguro Agrícola. Quer me parecer que é a única, talvez a indispensável, providência a ser tomada no sentido de recursos existirem para ressarcimento de prejuízos dessa natureza.

A Legislação vigorante no Estado de São Paulo sobre Seguro Agrícola, nos últimos anos, tem possibilitado ao Governo o pagamento, cinco dias após a calamidade, ressarcindo o agricultor dos prejuízos causados por chuvas de granizo, ou outras intempéries.

Quero anunciar à Casa já haver solicitado da Secretaria de Agricultura de São Paulo essa legislação. Todavia, permito-me adiantar ainda que, na próxima semana, se não puder deslocar-me à Capital paulista, enviarei um dos assessores da 1.ª Secretaria para, munido daquela legislação, apresentar, nesta Casa, um trabalho que merecerá, por certo, o apoio de todos os srs. Deputados, para que o agricultor de nosso Interior não esteja mais à mercê de promessas, de simples apêlos dirigidos àqueles que não têm condições de socorrê-los.

Sabemos que apenas uma legislação objetiva, fundamentada na cobrança do próprio Seguro Agrícola, na venda de sementes selecionadas, e no fundo rotativo, poderá dar meios ao Governo para sanar esta lacuna.

É esta a oportunidade, quando vemos Campo Mourão, Araruna, Goioerê, e agora Chopinzinho, e tantos Municípios que se vêm à frente com problemas tão sérios e que vêm prejudicando àqueles que plantam para a subsistência de suas famílias e que clama por medidas urgentes, no sentido do ressarcimento dos prejuízos sofridos.

Anualmente, se abatem, sobre os diversos Municípios, calamidades dessa natureza. Razão, porque, Srs. Deputados, estamos providenciando uma legislação para esses casos.

Era a comunicação que me competia fazer como o alerta que deve permanecer à consideração das autoridades para que, na oportunidade, possamos estudar o problema, dar uma solução e uma contribuição deste Poder Legislativo à ação governamental também neste setor.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Encontramo-nos diante do Orçamento do Estado do Paraná. Diante da Lei de Meios com que S. Exa. o sr. Governador do Estado atenderá as necessidades administrativas do Paraná. Analisando, em suas linhas gerais, o Orçamento do nosso Estado, — no meu entender a Lei mais importante que passa por esta Casa, pois é a oportunidade em que nós, representantes do povo, tomamos conhecimento da destinação dos recursos vindos desse mesmo povo e tomamos conhecimento da situação real do Governo e também das diretrizes adotadas por esse mesmo Governo — devemos dizer que não viemos a esta Tribuna para defender ou atacar pessoas. Defendemos idéias e criticamos situações. Viemos defender algumas idéias e criticar uma si-

tação que, no meu entender, salvo melhor juízo, é deprimento para o Estado do Paraná e atinge a nós, homens públicos que integramos, de certa forma, a vida administrativa deste Estado.

De nada adianta Deputados representantes do povo virem a esta Tribuna, com a melhor e a mais santa das intenções, fazer apêlos para que o Governo atenda a determinadas situações. De nada mais adianta o nosso desejo, a nossa intenção humanitária, quando nós ficamos limitados por circunstâncias que não conseguimos vencer.

Então, estamos diante do grande momento. Ontem, por exemplo, assistimos o apêlo patético de um Deputado em favor de sua região e prontamente os Deputados se cotizaram, usando a sua verba pessoal, para atender o apêlo. Hoje, assistimos o mesmo episódio e amanhã e depois o mesmo acontecerá, porque vivemos na limitação de nossos recursos.

Mas o Orçamento do Estado é colocado diante do problema humano do Estado do Paraná. Digo aos srs. Deputados, reafirmando o que dizia há pouco, é deprimente a situação de nosso Estado. Usamos de toda a franqueza para que, conscientes disso, possamos tomar a iniciativa necessária para que o Paraná não regrida, pois regredindo ele está, Srs. Deputados. E preciso que o Paraná conheça essa verdade, o Paraná em termos de finanças públicas, está regredindo nas mãos dos homens que o governam. Responsabilidade única daqueles que detém uma maioria absoluta no Governo do Paraná. O Estado está regredindo, sim, Srs. Deputados. E não de me perguntar, por que está regredindo, porque enquanto evoluem os orçamentos de todos os Estados da União, enquanto o Orçamento da Federação evoluiu à ordem de 40%, portanto 15% além da inflação, o Paraná apenas evoluiu 20%, 5% aquém da inflação da desvalorização do dinheiro. Portanto o Paraná regrediu, portanto o Paraná não evoluiu.

Esta é a proposta financeira do Governo do Estado do Paraná, para o ano de 1972.

Ficarmos passivos ou festivos diante deste ato, deste fato, seria omissão criminosa diante do povo do Paraná.

Eis o fato, Srs. Deputados: o orçamento do Paraná, calculado em 1 bilhão e 987 mil cruzeiros — montante geral. A dívida do Paraná elevou-se extraordinariamente nestes últimos cinco anos e acentuadamente neste último ano, no montante, segundo relatório da Secretaria da Fazenda, de quase 70% sobre os compromissos anteriores.

Ora, Srs. Deputados, isto me parece motivo de uma reflexão profunda. Me parece motivo de unirmo-nos todos, em busca das razões e dos motivos deste fato: Algumas empresas paranaenses de certo nível estão fazendo projetos para investir no Estado vizinho de Santa Catarina. Poderá parecer uma estória inverídica; é realmente incrível, que o Estado do Paraná, com as condições naturais que ele tem, veja evadir-se da sua área o capital e o homem, para investir no vizinho Estado de Santa Catarina. Três empresas programaram, usando os incentivos fiscais dados pelo Estado de Santa Catarina, para a industrialização. E lá vão elas, só no seu planejamento, contribuir com o vizinho Estado de Santa Catarina, em 3 milhões de meio de ICM anuais, no Projeto aprovado pela FUNDESC Catarinense, nos Municípios de Jaraguá, Joinville e Blumenau.

Srs. Deputados, se analiso este aspecto da questão, é porque tenho em vista aquele objetivo do engrandecimento industrial do Estado, que é também do programa do Governador do Estado; programa da industrialização do Paraná, que no meu entender, salvo melhor juízo, ou conhecimento mais profundo da questão, até o momento não passou de mera pregação. Medidas concretas para cá não vieram, não temos conhecimento de medidas objetivas e enquanto esta se evade, a economia paranaense, minguada economia paranaense, Srs. Deputados, o Estado do Paraná que tem esse aspecto de progresso e realmente tem aspecto de progresso, reunindo toda a

contribuição do Imposto de Renda destinação para os incentivos fiscais, é inferior, Srs. Deputados, a uma empresa paulista apenas, a Erickon de Materiais Elétricos — não a maior empresa paulista, de São Paulo — esta empresa destinou no orçamento passado, para o exercício de 1971, 25 milhões de cruzeiros para os incentivos fiscais, e o Paraná, todo o imposto de Renda do Paraná para incentivos fiscais, foi inferior a 25 milhões, e destes 25 milhões, apenas 5 ou 6 milhões de cruzeiros, utilizados por núcleos para-ruenses.

Vejam Srs. Deputados, que nós nos encontramos diante de um fato de mais alta gravidade; não bastava isso, Srs. Deputados, ainda o tratamento humilhante, colocando-nos numa posição de inferioridade visível ao Governo da União, quando dota para o Paraná, no orçamento, por exemplo: para o setor rodoviário, com apenas 130 mil cruzeiros, enquanto dota o Estado do Rio Grande do Sul em 1 bilhão, 318 milhões de cruzeiros ou 318 mil cruzeiros.

Vejam, Srs. Deputados, a desproporção, porque nós temos o reflexo direto no Orçamento do Estado do Paraná colocando o povo paranaense numa posição de inferioridade, de total desconsideração. Enquanto isto, a Secretaria de Viação do Estado do Paraná, é dotada no Orçamento do Estado com a maior verba, com recursos quase que unicamente oriundos da receita estadual.

Tivéssemos uma participação melhor no Orçamento da União, manteria-mos este estado de coisas para o setor administrativo do Paraná, com o que concordo plenamente, e teríamos uma dotação melhorada nos setores básicos, nos setores de assistência social, no campo humano da vida administrativa do Estado do Paraná, que no meu entender, é o ponto fraco, é o calcanhar de Aquiles do atual Governo. Se não vejamos, à luz dos números que não irrefutáveis. As secretarias que atendem os setores assistenciais, Saúde, Trabalho e Assistência Social, ainda ontem, desta Tribuna, reclamavam os Srs. Deputados, o Deputado da minha Bancada, Muggiati Filho, demonstrando que o Hospital de Clínicas tem uma ociosidade de mais de 70%, por falta de recursos. E a Secretaria de Agricultura, estas três Secretarias, Srs. Deputados, estão dotadas em apenas 100 milhões de cruzeiros, enquanto que a Secretaria de Segurança, apenas em 124 milhões de cruzeiros. Ora, Srs. Deputados, se tivéssemos um tratamento melhor por parte do Governo da União, teríamos condições de dotar melhor estas Secretarias, e conseqüentemente, atender melhor o povo do Paraná. Dois por cento, apenas, do Orçamento, nem dois por cento do Orçamento para a Agricultura. Sabemos que 80% da receita do Paraná, provém da Agricultura, o tratamento é injusto.

Não podemos concordar, nós do MDB, que aqui nos encontramos para defender interesses eminentemente populares, não podemos nos calar diante de tamanha injustiça, não podemos ficar calados sob pena de praticamente uma omissão criminosa contra o povo do Paraná.

Tem o aparte o nobre deputado Erondy Silvério.

O sr. Erondy Silvério — Eu ainda não pude examinar a Proposta Orçamentária para o exercício de 1972. Estou acompanhando com interesse o discurso de V. Exa., embora em certos aspectos do mesmo deva discordar com V. Exa. quando, por exemplo, se torna pessimista com relação à economia paranaense, com relação à posição do nosso Estado, em confronto com o vizinho Estado de Sta. Catarina. Com relação também à aplicação por parte das empresas paranaenses, aproveitando-se de incentivos fiscais concedidos pelo Governo catarinense, e lá, instalando indústrias ou executando projetos. Discordo, quando V. Exa. olha o Paraná sob o aspecto negativo, sombriamente como estão fazendo. Mas isto, talvez, seja matéria para se debater não num simples aparte, que com muita bondade V. Exa. me concedeu.

Mas V. Exa. não deve estranhar que as dotações para a Secretaria de Saúde, de Agricultura e de Segurança Pública, e a própria Secretaria de Viação e Obras, atinge um percentual que V. Exa. considera irrosório e ridículo. Esta é a história de todo o Orçamento do Paraná. Se V. Exa. manusear os anteriores, verá que o percentual é quase idêntico. E não poderia ser de outra forma, porque o Governo gasta cerca de 42% do seu orçamento com o funcionalismo. Isto é uma herança que vem desde a história do Paraná. E não fora os gastos com o pessoal, talvez o Governo já estivesse gastando os 100% com o funcionalismo. V. Exa. não pode esquecer...

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um pouquinho. Aliás, quero fazer justiça neste ponto. Nos últimos quatro anos, Deputado Erondy Silvério, o Governo do Paraná conseguiu reduzir os dispêndios com o pessoal. Acho este ponto altamente positivo, contudo ainda não estamos na posição ideal.

O Sr. Erondy Silvério — Eu chegarei também neste ponto, que o Governo anterior, quando assumiu, gastava cerca de 49% de sua receita com o pessoal e ao deixar o Governo, Paulo Pimentel reduziu esse percentual para 42%. Mas acredito que com as medidas tomadas pelo Governo Federal, haja um paradeiro nas nomeações, já que estas medidas os Governos dos Estados estão obrigados a cumprir, e que não cresça mais esta condição de gastos com o pessoal, mas, voltando à razão do meu aparte, é que V. Exa. não deve estranhar porque a dotação para a Secretaria de Saúde é apenas orçamentária da receita tributária, não estão computados os convênios com o Governo Federal e V. Exa. sabe, uma parte substancial da despesa da Secretaria da Saúde Pública é feita através de convênios com o Governo da União, bem como na Secretaria de Agricultura, principalmente através do Ministério da Agricultura ou órgãos afins, e na própria Secretaria de Segurança Pública, já existem convênios até com entidades estrangeiras como V. Exa. não pode desconhecer, que até o Governo Norte Americano, convênios com a Secretaria, com o Governo do Paraná, no que diz respeito à Secretaria de Segurança. Portanto, este percentual que V. Exa. observa para 72, é quase o mesmo que vem se observando nos últimos 10 anos em matéria de Orçamento no Estado do Paraná. Não há razão neste particular para que V. Exa. pinte com cores tão sombrias a situação da economia paranaense que é das melhores. Não podemos naturalmente comparar com o gigante que é o Estado de São Paulo, V. Exa. trouxe à Casa uma comparação infeliz, porque comparou os incentivos fiscais por uma das firmas que está classificada como uma das 30 maiores do mundo, a Erickse. É claro que se V. Exa. quiser comparar a economia paranaense com a Standar Oil, com a General Motors, o confronto nos é desonroso, mas se V. Exa. comparar tudo que se fez no Paraná nestes últimos 10 anos em matéria de obras e infra-estrutura, vai se observar que nós pouco a pouco estamos atingindo a aspiração de todos os paranaenses que é terem um Estado pujante economicamente e que possa dar a seus filhos aquele conforto e aquela felicidade que merecem. Para isso é preciso que independente de cor partidária, independente de simpatias pessoais por este ou aquele Governador, todos procurem dar seus esforços em favor do engrandecimento do Paraná. Não estudei a Proposta Orçamentária, para 72, talvez V. Exa. tenha, mas pelo número que V. Exa. está alinhando no seu discurso, é o mesmo que no ano passado o último Orçamento do Governo Paulo Pimentel. Agradeço e peço desculpas por tomar tanto tempo ao brilhante discurso de V. Exa.

O sr. Nivaldo Krüger — Deputado Erondy Silvério, é sempre um prazer ouvi-lo mormente nestes assuntos em que V. Exa. é estudioso e grande interessado e conhecedor. Portanto, Deputado Erondy Silvério, se faço este pronunciamento com este tom é no sentido de chamar realmente a atenção porque causou-me um impacto a comparação que todo o incentivo fiscal produzido pelo Paraná e não utilizado pelo Paraná é que me fixou. Sr.

Presidente, Srs. Deputados, a ausência de diretrizes por parte do Governo do Paraná, a ausência de uma estratégia, a ausência de um planejamento, aliás, afirmando na própria Proposta Orçamentária pelo ilustre Governador Haroldo Leão Peres, por ele mesmo, a ausência destes elementos fazem com que nos percamos um resíduo substancial de nossa economia. Vejam a atividade do Estado de São Paulo, vejam o planejamento do Estado de Santa Catarina. Com isto, estes Estados levam recursos do Paraná, para investimento. Quando nós poderíamos imaginar que Santa Catarina carresse recursos do Paraná, para investimento?

Sabem como aconteceu? Porque Santa Catarina insistiu o Fundo de Desenvolvimento do Estado, que consiste na retenção de parte do ICM, por parte das indústrias que é reaplicado pela própria indústria num plano, segundo o critério da própria Sudene, em Santa Catarina, multiplicando os recursos do Estado, num prazo mais longo. O Estado de Santa Catarina não tem sido tão imediatista; o Paraná, sim. E por isto está vendo evadir-se pelo vão dos dedos, os recursos do nosso povo.

Vejam ainda um aspecto muito curioso desta comparação. Parece-me altamente indicado de consequências que nós devemos ir buscar as suas origens; cabe a nós a responsabilidade por isso. Enquanto crescem os Orçamentos dos outros Estados na ordem de 40, 45, e 50 por cento, o do Paraná cresceu apenas 20%. Este é um dado profundamente alarmante. Porque se a desvalorização da moeda é superior a 20% porque teria o Orçamento crescido em apenas 20%? É uma pergunta que eu não sei responder. Mas é uma pergunta profundamente significativa e que eu entendo que se for analisada, pesada, nós encontraremos a razão desta depressão, no meu modo de ver.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para que, como que tentando abrir um parentesis no discurso de V. Exa. que com profundidade está analisando os problemas orçamentários do Estado, dizer, que o aspecto sobre esse lado focalizado, por V. Exa. de fato é sombrio para o Paraná. Porque isso, sem bairrismo alguma e discordo de qualquer bairrismo, a impressão que eu tenho, é de que nós estamos sustentando em grande parte, o Estado de São Paulo, que é um Estado poderosamente industrializado.

Não só a indústria automobilística conta com o ICM de São Paulo, mas também estamos perdendo — e isso se constata inclusive na região agrícola, nós temos exemplos seguidos. No Interior, os bons operários que se encontravam no Paraná, vai tudo para o Estado de São Paulo; então, os demais Estados que não estão industrializados, estão inclusive perdendo bons operários que entregam a São Paulo já homens feitos e formados. Este é um problema que, a meu ver, merece um estudo profundo e quero confessar que tenho estudado a matéria mas não cheguei a uma conclusão definitiva, por isso não tenho me pronunciado a respeito. Está evidenciada uma grande diferença no Sistema Tributário Nacional e é um problema dos mais graves. Se continuar deste modo, São Paulo continuará crescendo desproporcionalmente aos demais Estados que serão absorvidos. Todas as indústrias de acessórios, principalmente de acessórios de automóveis se instalam em São Paulo e com isto o Paraná tem perdido e também o próprio Rio Grande do Sul, pois as fábricas de acessórios de automóveis se transferem para São Paulo que tem mais lucro e menos frete. O espírito do problema que V. Exa. focaliza, tenho para mim, que cai, que assenta num problema de profunda indagação existente no Sistema Tributário Nacional. Era o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. e realmente o assunto merece um estudo mais aprofundado.

Mas, nobres Deputados, para não me desviar da meta a que me propuz,

eu disse inicialmente que faria uma crítica a uma determinada situação. E vejam se não temos razão nesta crítica.

Sabemos que grande parte do Paraná sofre as consequências terríveis da desmatagem e, em decorrência disto, há o perigo da erosão.

Sabemos que grande número de cidades do Paraná não dispõem ainda de esgoto e saneamento.

Vejam o tratamento do Governo da União com relação ao Paraná, no campo de obras de saneamento. Sabendo em quanto montam as verbas para os Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, chegamos à importância do desnível.

Rio Grande do Sul — Água e esgotos — 11 bilhões de cruzeiros.

Minas Gerais — Água e esgotos — 13 bilhões de cruzeiros.

Paraná — Água e esgotos — nada, nem um cruzeiro.

Paraná — erosão — apenas 1 milhão 300 mil, dez vezes menos do que foi destinado ao Rio Grande do Sul e a Minas Gerais.

Não tenho os dados de Santa Catarina. A desproporção é gritante.

Que estará fazendo os Deputados, que estará fazendo o Governador do Estado que não tomou providências através do Escritório do Paraná instalado em Brasília, às custas do povo do Paraná? Que faz este Escritório que está recebendo vencimentos para sua equipe de funcionários e não atendeu no momento de se dotar o Paraná com recursos no Orçamento da União?

É neste ponto que me coloco para fazer esta crítica. Crítica no sentido bom, no sentido construtivo.

O Orçamento ainda não foi votado. Quem sabe organizaremos Comissão de Deputados para ir a Brasília e alterar este quadro. Não adianta fazer filas em Secretarias em busca de migalhas, quando não se dota realmente os setores básicos de desenvolvimento do Paraná da vida administrativa do Estado.

É ridículo 30 mil cruzeiros para a Agricultura num Estado que vive exclusivamente da agricultura, quando vejo, no Estado de São Paulo o Sr. Governador encetar uma campanha no sentido do fortalecimento da agricultura daquele Estado. Poderia ele nem se preocupar com isso, pois o Estado de São Paulo tem sua economia supergarantida na industrialização. Mas o Governador Laudo Natel, na conferência que fez na Escola Superior de Guerra, assentou a importância, a necessidade, a premência e o ponto vital de sua diretiva de Governo: o fortalecimento da agricultura do Estado de São Paulo.

Vejam os Srs., não temos máquinas para mandar para São Paulo. Vivemos exclusivamente de mandar produtos para São Paulo. E São Paulo fortalece sua agricultura. E amanhã que faremos com nossos produtos agropecuários? Que faremos nós? Creio que é necessário tomarmos uma providência nesse sentido.

E se faço este alerta é no sentido de que nós, na Assembléia do Paraná, já que o Governo do Estado se omitiu neste campo, tomemos a iniciativa, em nome do povo do Paraná, vamos a Brasília e lá lutemos para que se inclua, no Orçamento, melhores dotações para nosso Estado. Ou então que destinemos alguém daqui, um ou dois Deputados, ou mesmo outra pessoa que vá, em nome do Paraná, lutar para que se adquira melhor nosso Estado.

Saibam os srs. Deputados que nós temos direito a isso. Se não vejamos: 20% das divisas do Brasil vêm do café do Paraná. E sabem quanto representa o consumo do Paraná na economia nacional? Apenas cinco por cento.

Então, o Paraná está sendo espoliado violentamente.

E nós não podemos ficar sentados aqui, tranquilos, discutindo pequenas coisas, quando as grandes coisas estão se evadindo. E o Paraná está perdendo violentamente, terrivelmente.

É este o alerta que desejo fazer, especialmente aos homens do Governo que são os que detêm o poder, para que, eles atendam ao povo, para que eles

atendam ao Paraná, para que não fiquemos aqui a nos esvaziar, que não fiquem os homens públicos a lutar por questões muito pequenas de política e não resolvam os problemas fundamentais, e o Paraná vá empobrecendo e o seu povo não tenha condições de se impôr na Federação.

Vinte por cento das divisas do Brasil são produzidas pelo Paraná. E cinco por cento apenas a capacidade do consumo paranaense.

Portanto, a nossa capacidade aquisitiva está reduzida a quase nada.

O Sr. João Mansur. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Nivaldo Krüger, é com satisfação que estamos ouvindo esse alerta de V. Exa. e não podíamos esperar de um homem do Paraná uma outra posição.

Todos nós queremos e desejamos o engrandecimento de nosso Estado. E eu me permito a dividir meu aparte em duas partes: uma de concordância e outra de discordância. Concordo com V. Exa. quando diz que o nosso Estado não tem recebido por parte do Governo da União o tratamento que lhe é devido pelo seu esforço e por aqui que ele representa no Orçamento da União.

Concordo com V. Exa. quando diz que o Paraná, infelizmente, não está representado no Governo da União com homens paranaenses.

Concordo com V. Exa. por este alerta, porque somos paranaenses e queremos, cada vez mais, e o mais rapidamente possível, o engrandecimento de nosso Estado.

Agora, discordo de V. Exa. quando V. Exa. diz que o Governador de São Paulo, na conferência que fez na Escola Superior de Guerra, enfatizou, perante os oficiais daquela Escola, o seu programa a favor da agricultura.

Certamente V. Exa. não teve conhecimento que o Governador Leon Peres, do Paraná, também esteve naquela mesma Escola, e também, a exemplo do Governador de São Paulo, enfatizou e levou àquela Escola o programa que o Paraná está fazendo para a industrialização do Paraná. E V. Exa. traz aqui, como exemplo, algumas indústrias que estão sendo construídas no Estado de Santa Catarina. Oxalá outras indústrias vão a Santa Catarina, porque também lá é Brasil. Mas, nobre Deputado Nivaldo Krüger, o programa estabelecido pelo Governo do Paraná...

O SR. NIVALDO KRÜGER — Eu não conheço a existência desse programa, desculpe-me V. Exa.

O Sr. João Mansur — ...Eu trarei à V. Exa., sr. Deputado, se V. Exa. assim desejar...

O SR. NIVALDO KRÜGER — Com todo prazer.

O Sr. João Mansur — ... para tomar conhecimento de todos os orçamentos que deram entrada no BADEP, dos financiamentos que já saíram e que estão em estudos para indústrias que estão sendo localizadas aqui no nosso Estado. Vão a centenas e centenas as indústrias, nobre Deputado. Quero lembrar ainda à V. Exa. que aqui bem perto de Curitiba, graças à nova política do atual Governo, duas fábricas de cimento estão sendo sendo implantadas, cuja meta vai a quase 300 bilhões de cruzeiros. Na vizinha cidade de Ponta Grossa, V. Exa. tem conhecimento da SAMBRA, CARGIL e Irmãos PEREIRA, indústrias que estão se deslocando de São Paulo e se implantando no Paraná. Discordo de V. Exa., nobre Deputado, quando propõe que esta Casa envie dois representantes nossos para alterar o Orçamento da União ou para lutar por uma melhor condição...

O SR. NIVALDO KRÜGER — Junto à Bancada.

O Sr. João Mansur — Exatamente. V. Exa. então não reconhece os nossos representantes no Congresso Nacional, onde o seu Partido também tem representante. E se culpa existe, não há de ser de um escritório comercial. Se alguma culpa cabe, deve ser de nossos representantes no Congresso Nacional, que deveriam estar lutando, a fim de dotar nosso Estado de mais recursos e com isso não estariam fazendo favor nenhum, porque o Paraná tem contribuído com sua parcela, grande parcela ao Orçamento da União.

De modo, nobre Deputado, acho que V. Exa., como disse o Deputado Erondy Silvério, hoje assume esta Tribuna com muito pessimismo com relação ao nosso Estado. O Paraná cresce e se desenvolve. O Governo do Paraná tem um programa e esse programa há de ser cumprido em favor de nosso Estado. Assumo o compromisso de trazer para a próxima sessão, os financiamentos que estão sendo feitos através do BADEP, do BNDE e até do Banco do Estado e dos empreendimentos que estão sendo instalados e que serão instalados em nosso Estado. Mas não posso deixar, por um dever de justiça, de cumprimentar V. Exa., porque V. Exa. nada mais quer do que o engrandecimento de nosso Estado. E o que queremos, é o que o Governo Haroldo Leon Peres também deseja e, se Deus quiser, haveremos de atingir.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte e faço votos que V. Excia. traga a esta Casa, realmente, este plano de Governo que nós ainda não conhecemos, para que o discutamos, o analisemos, o corrijamos, se for o caso. Então S. Exa., o sr. Líder do Governo, ao analisar os financiamentos dados aos industriais do Paraná, ao lembrar em contrapartida das minhas críticas, que o BADEP e as instituições financeiras do Estado estão atendendo a solicitação de novas indústrias em nosso Estado, quero lembrar que estamos em inferioridade em relação ao plano de desenvolvimento do vizinho Estado de Santa Catarina, por uma razão simples: enquanto o Paraná empresta dinheiro a juros altos e a prazo curto, Santa Catarina abre mão de recursos fiscais para que a empresa utilize esses recursos fiscais sem juros, e sem ficar devendo. É um processo muito mais evoluído. Nós ficamos para trás, perdemos campo, perdemos terreno, dada a concepção muito mais moderna, mais atualizada dos homens de planejamento e que ordenam a estratégia do desenvolvimento do Estado vizinho.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nivaldo Krüger, a tradição financeira da legislação orçamentária do nosso País, até há pouco tempo permitia, Sr. Deputado, que se fizesse, que se programasse um orçamento ao bel prazer do Poder Executivo, do Poder político; então nós tínhamos aqueles orçamentos que não correspondiam à realidade evidente, que refletisse a situação do Estado. Isto não era só aqui, era uma norma em todo o Brasil. No entanto, hoje, estamos vivendo uma nova época financeira, época financeira esta, que tem dado resultados pelo menos que estão assombrando até o mundo todo. E um dos detalhes desta política financeira, é o orçamento real é o orçamento que reflete a realidade da situação financeira e econômica. É isto que hoje está se implantando também no Paraná, como dedução da filosofia financeira do Governo Federal. Daí, talvez se explique que o Estado somente cresceu 20%. É porque ele está se ajustando a uma nova realidade financeira, mas, isto não quer dizer que ele possa arrecadar mais, e tomara Deus que novos investimentos possam ser feitos. Isto é consequência única desta nova verdade financeira.

Outra verdade que foi percebida pelo nobre Deputado Erondy Silvério e também pelo nobre Deputado João Mansur, é de que V. Exa. está muito pessimista com o Estado do Paraná. Porque veja bem V. Exa.: no setor da agricultura e do café, estão se plantando milhões, milhões e milhões de novos pés de café, com recursos que vêm vindo do IBC. A cultura do trigo expande-se assustadoramente; a cultura da soja aumenta de maneira impressionante. Quantas e quantas novas indústrias não estão sendo instaladas no Paraná?

O Deputado João Mansur fez menção a algumas, e agora eu vi em Apucarana, à semana passada, 170 técnicos da Misobichi visitando Apucarana, para instalar lá uma nova indústria; lá na nossa cidade, Campo Mourão, uma nova firma de óleo, de uma firma de Pernambuco, está lá também se instalando.

Honestamente, não enxergo que o Paraná esteja parando, voltando para trás. Continua a progredir, a se desenvolver, em todos os seus sentidos. Agora, este fato não pode evidentemente refletir o outro fato do orçamento — na minha opinião — porque o fato do orçamento é consequência da nova norma de legislação financeira, aplicada ao orçamento, até que se atinja aquilo que possa refletir o orçamento real do Estado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte do nobre Deputado, e no aparte V. Exa. tem um ponto que me chamou muito a atenção. Porisso vim à Tribuna hoje, para desferir essa questão, e nos diálogos, nos debates deste assunto, deste relato, diz V. Exa. que nós estamos — diz o nobre Deputado João Mansur e também o Deputado Erondy Silvério, com propriedade aliás, que, indústrias estão se instalando no Paraná.

Tenho conhecimento de que essas indústrias estão se instalando no Paraná, no entanto o que eu condeno é a ausência de uma estratégia do desenvolvimento no nosso Estado.

Instalou-se indústrias no nosso Estado, sem dúvida nenhuma, porque onde iriam instalar-se a fábrica de cimento, se a jazida está no Paraná, onde iria se instalar a indústria de soja, se a soja se produz aqui no Estado do Paraná.

Mas vejam os Senhores, a manufatura onde está, não existe. O que eu quero citar mais uma vez, é a atividade do alcance a projeção, do Estado de Sta. Catarina que está criando incentivos fiscais dentro do seu Estado, o que o Paraná não está fazendo, o que o Paraná deve fazer, no meu entender.

E vejam, sou um homem de oposição, poderia criticar uma atitude desta ordem por parte do Governo do Estado. Entretanto, advogo esta medida, quero votar em favor desta medida e lutar por esta medida, acho que esta é a única medida capaz de reter no Paraná, a riqueza, e de fazer com que ela se multiplique.

V. Exa. diz, o café. Realmente, mas o café é um caso especial, sr. Deputado Armando Queiroz, é um caso de política econômica nacional. Mas não esqueçamos que há dois, três ou quatro anos atrás, gastou-se milhões para erradicar café no Paraná, nas mesmas áreas em que hoje se planta café. O caso do trigo, ilustre Deputado, para quem não conhece e para quem vê a maravilha dos trigais a se multiplicarem nas colinas ondulantes do nosso Estado, para quem não conhece a realidade do trigo, acha isto lindo e magnífico, e acha que estamos progredindo extracurricularmente. Porque realmente é lindo o verde dos trigais pontilhado pelo alto relevo do amarelo dos ipês que floram nesta primavera. Entretanto, o drama do triticultor está atrás desta maravilha. O drama, a tristeza, o sangue e o suor do triticultor, Srs. Deputados, está ali. Porque sabem quanto o Governo concedeu de aumento na política de preços mínimos? Apenas 8%, quando a inflação foi de 25%. Portanto, o Governo não está promovendo o desenvolvimento, e o triticultor vai para o campo. Os Senhores não de perguntar porque, vai por bonito? Não vai por bonito porque atrás, está a promissória rural que lhe faz amanhecer no campo, derrubando o sereno, pela noite afora, enfrentando os ventos frios de inverno. Porque se isto ele não fizer, no fim do ano o que ocorre, o Banco irá hipotecar a sua propriedade, não está havendo justiça neste campo, elevou-se apenas em 11%, quando todos os produtos se elevaram em 25, 30, e até 45% dos insumos.

Assim, Srs. Deputados Armando Queiroz, é magnífica a oportunidade de debater com V. Exa. e com os demais Srs. Deputados, na ocasião em que debatemos os problemas básicos da economia paranaense.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nivaldo Krüger, V. Exa. caiu em diversas contradições. E eu queria nesta oportunidade, verberar algumas contradições. Todavia, a veia poética de V. Exa. nos comoveu a todos, vamos suavizar o nosso

aparte. Apenas queremos dizer que o discurso de V. Exa. encerra vários aspectos importantes, realmente.

Mas eu só aceito este aspecto com relação à atuação da nossa vida futura e da nossa representação no Senado da República e do próprio Governo do Estado, tanto do Governo de Paulo Pimentel como de Haroldo Leão Peres, que não têm sido agressivos com relação à política federal, aceitando passivamente as injustiças que o Paraná vem sofrendo há muitos e muitos anos. Não fôra apenas um homem neste Estado, que trouxe algum dinheiro para o Paraná, que chama-se Ivo Arzúa Pereira, quando Ministro de Agricultura. Que trouxe para o nosso Estado, principalmente, a eletrificação rural muito dinheiro, muito progresso e muita contribuição do Governo Federal. A nossa Bancada que é amorfa, a nossa Bancada que não é combativa, não é agressiva e não tem representado o Paraná à altura das suas tradições e da confiança do nosso eleitor, porque não se pode admitir, é claro, que existem exceções honrosas na Bancada. Existem, Srs. Deputados, que têm lutado e torna-se mister, que este trabalho seja feito em conjunto para que frutifique. Nós não podemos aqui condenar o Governo Federal por dar ao Rio Grande do Sul 10 vezes mais que o Paraná, quando dá a Minas Gerais mais 20 ou 30 vezes mais que ao Paraná, porque as Bancadas daqueles Estados naturalmente são atuantes e têm feito um trabalho de persuasão junto ao Governo Federal, conseguindo levar para os seus Estados dotações orçamentárias de grande vulto para resolver os problemas de infraestrutura, principalmente aqueles que não dão cartas a Governo nenhum por problemas esses que Governo nenhum se incomoda com eles, que são os problemas de saneamento, são as obras construídas sobre o solo, que não aparecem, que não dão placas, que não dão estátua, que não dão monumentos. Mas veja V. Exa. a contradição em que V. Exa. cai em determinado ponto do discurso. V. Exa. advoga, V. Exa. primeiro diz que o Estado de São Paulo não tem um programa de incentivo para a instalação de indústrias de base.

O SR. NIVALDO KRÜGER — V. Exa. acha que tem?

O sr. Erondy Silvério — Eu já chego lá. V. Exa. acha que o Governo do Paraná não oferece incentivos e elogia o Governo de Santa Catarina, quando ele destina uma parte do ICM, autoriza que uma parte do ICM seja retido e aplicado em novos projetos de industrialização, mas veja aí como se contradiz, porque o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, Santa Catarina V. Exa. não mencionou percentual, mas também diz que o Rio Grande do Sul e Minas Gerais que são Estados aquinhoados no orçamento federal, então, é evidente, agora eu vou me colocar no lugar do Governo, é evidente que se para os outros problemas, para as obras rodoviárias, e vários problemas como obras de saneamento, para as grandes obras de infra-estrutura, o Governo destes Estados recebem uma dotação orçamentária do Governo da União, podem perfeitamente se dar ao luxo, abrir mão de um percentual de ICM. V. Exa. diz que é pouco o dinheiro para diversas Secretarias, que é pouco para a Secretaria da Agricultura, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Saúde Pública, imagine V. Exa. eu não estou defendendo o sr. Haroldo Leon Peres, absolutamente, eu estou dentro de uma tese da verdade orçamentária.

Veja V. Exa. se o Governo do Estado, seja ele quem for, se der ao luxo de abrir mão de percentual do ICM, que é praticamente do que vive o Paraná hoje, apenas de sua receita tributária do ICM, se se der ao luxo de abrir mão de um percentual, então onde vai o Estado parar? Vai ceder percentual para projetos de instalação de indústrias de bases, percentual que dá a sua principal fonte tributária e não recebendo nada do Governo Federal vai ter que parar as construções de obras de maior importância para o povo paranaense. Portanto, são contradições que não desonram V. Exa. Absolutamente. Pelo contrário, mostram que V. Exa. é um estudioso do assunto e que está trazendo problemas gravíssimos à Casa. Esta

Casa deve se conscientizar que realmente o Paraná é um Estado órfão em matéria de dotação orçamentária federal e que esta Casa deve lutar irmanada, não estou contra a tese do Sr. Deputado João Mansur, mas esta Casa deve mesmo organizar uma Comissão de Deputados para que entre em contato com o Governo do Estado, com a nossa bancada no Senado e na Câmara, porque não é só receber o subsídio no fim do mês, tem que lutar, tem que lutar em favor do povo, a nossa Bancada tem que, ser mais agressiva, trazer dinheiro da União para a solução dos grandes problemas de infraestrutura do Estado do Paraná, para que o Governador, seja ele quem for, mais aliviado destes problemas com a justa participação na receita Federal, possa destinar uma parte de sua receita tributária para os incentivos, o que seria o ideal. Nós reconhecemos que não basta o financiamento, como citou o nobre Deputado João Mansur, não basta o financiamento para a instalação de novas indústrias no Paraná, que não reinveste o financiamento, como citou o nobre Deputado João Mansur, de reinstalação de novas indústrias, embora ajude. O que é necessário, é que, a exemplo do Governo Federal, os vários incentivos tirados da própria arrecadação, da própria contribuição do comércio e da indústria, ao Governo do Estado, para que reinvesta em instalações de indústrias de base, e possa realmente acelerar o processo de industrialização do Estado do Paraná; só assim poderemos falar em termos de Paraná industrializado, quando isto ocorrer. Mas é preciso uma série de medidas, que se façam acompanhar é claro, de incentivos do Governo do Estado, porque na situação em que está, não pode o Estado abrir mão de um centavo na arrecadação, em possíveis incentivos.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Mesmo porque, a renda oriunda da indústria é de apenas 10% na industrialização do Estado do Paraná.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Um momento, nobre Deputado. Apenas queria, por uma questão de justiça, dizer à Casa, que a Bancada do MDB na esfera federal, quatro Deputados, sem condições de alterar o quadro orçamentário, evidentemente numa desproporção gritante e agora tenho a oportunidade para dizer aos poucos paranaenses que aqui se encontram vejam os Deputados paranaenses, homens de governo, políticos e não políticos, a importância do fortalecimento da área oposicionista. O Deputado Ivo Tomazoni chacoalha a cabeça, dizendo que não; — concordo que para comodidade de V. Exa. isto não seja conveniente; mas para as conveniências e comodidades do povo paranaense isto é necessário. Porque então não ficaremos na indigência, não teremos quatro apenas; mas a metade da Bancada. — E vejam que não sou muito ambicioso; quero apenas a metade nesta Casa e no Congresso Nacional, para que o MDB possa falar em nome do povo paranaense e fazer valer sua vontade. Desculpem minha pretensão mas é necessário que se mostre este aspecto que faz parte de todo o contexto.

Dizia o Deputado Erondy Silvério, — e estou de pleno acordo com V. Exa., o Estado não pode abrir mãos. É necessário alguma agressividade para cumprir o que se deixa hoje para a indústria, multiplicado e remultiplicados, porque serão novas indústrias instaladas no Paraná. Concedo o aparte a V. Exa. Deputado Muggiati Filho.

O Sr. Muggiati Filho — Havia solicitado o aparte em razão do aparte do eminente Líder da maioria, Deputado João Mansur, apenas com referência a ele, esclarecer que, quando cheguei em Arapongas, em 1949, já esta instalada lá, a CARGIL e logo depois, em Maringá, instalara-se a SAMBRAM, Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro. São firmas que já há longa data estão radicadas no Paraná.

De modo que eu gostaria de dar ainda maior relevo, quando V. Exa. fala na parca votação orçamentária para o setor agrícola. Porque o Paraná — é for de qualquer dúvida, irá atravessar uma crise seríssima, em sua arrecadação, quando se pronunciar, como já está começando a se pronun-

ciar, no Estado de São Paulo, a ferrugem nos cafeeiros; teremos inegavelmente, uma safra reduzida e o Estado deverá dispensar uma atenção muito maior do que dispensa a este setor, principalmente no combate a esse grave problema.

De modo que acho oportuníssimo este aspecto do discurso de V. Exa., porque está abordando um Orçamento plurianual. E se não dotarmos o setor agrícola de dotações necessárias — e não acredito que o tecnicismo orçamentário possa impedir que se faça isto — estaremos em 72 ou 73 assistindo à debacle da economia cafeeira do Estado do Paraná e o Poder Público estará inoperante, nada fazendo, o que será, indiscutivelmente, um descalabro para todos nós.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço ao Deputado Muggiati Filho e quero, ao finalizar e antes de conceder o aparte ao Deputado Armando Queiroz, formular agradecimentos pela atenção com que me honraram e a oportunidade magnífica de debater com os maiores valores desta Casa, de dia, lugar neste tom cordial e sério sobre assuntos do Paraná, o que foi, para mim, de grande valia.

Concedo o aparte ao Deputado Armando Queiroz.

O Sr. Armando Queiroz — Nobre Deputado, o assunto é realmente importante e merece mesmo ser discutido. V. Exa. abordou diversos tópicos com relação ao aspecto econômico, financeiro e orçamentário. Num deles, devo confessar, estou plenamente de acordo com V. Exa., isto é, quando diz que o Paraná não tem, não dispõe de homens na esfera federal que possam ajudar nosso Estado e carrear para cá bem melhores condições econômicas. Estou fazendo um exame destes últimos 40 anos de Brasil e, se não estou equivocado, cerca de 30 anos foram governados por homens do Rio Grande do Sul. É natural, é a coisa mais evidente que, aproveitando-se desta grande maré, inúmeros, centenas e centenas de homens públicos do Rio Grande do Sul tenha se deslocado para a esfera federal e o resultado está aí, as consequências estão aí. Homens nos Ministérios, na Presidência, nos Departamentos, em todos os setores. Evidentemente, cada um dando uma pequena parcela para que possam ser carreados recursos para seu Estado. O que está faltando para nós, o que está faltando para o Paraná — e é uma evidência e ninguém pode fugir disto — são homens entrosados, inseridos, atuando junto à esfera federal. Não através de Tribuna do Poder Legislativo, embora isto possa ajudar, mas inseridos na estrutura do Executivo. Do contrário nunca seremos bem aquinhoados com recursos federais. É um fato histórico, é uma evidência e não adianta contestar. É uma consequência da ordem da política federal. Outra coisa. Quando V. Exa. fala no trigo sinto até o coração balançando de feliz porque parece que V. Exa. vive o problema dos belos trigais de Guarapuava. Estou notando que apesar da queixa de V. Exa. de que o preço não é condizente e não satisfaz, a produção está crescendo, está aumentando. E parece — uma dedução minha — que se está aumentando é porque houve resultado. Ninguém vai plantar para perder. Veja o outro lado da medalha. Com relação ao trigo, o preço é regulamentado por uma política internacional.

Os outros países têm excesso, têm sobra, querem vender por preço mais baixo.

No Brasil, há quem diga que não devemos plantar trigo, devemos comprar, é mais barato. Mas se o Governo Federal permitir que se aumente indiscriminadamente o trigo, o pão, elemento básico de nossa alimentação, também subirá. Aí vem o problema: "perdido por ter cão, perdido por não ter cão". Se sobe o preço do trigo, sobe o preço do pão. Então, vão criticar o Governo que o pão subiu de preço, que ele não paga melhor o produtor, que o produtor está ganhando pouco.

E a verdade é esta, o pão realmente deve, pelo menos entendendo assim, continuar existindo na mesa de todos.

Era o aparte que queria oferecer a V. Exa.

O SR. NIVALDO KRUGER — Agradeço o aparte de V. Exa. Deputado Armando Queiroz. V. Exa. hábil advogado que é, pretendeu, neste final, me colocar, ou colocar alguma dúvida na afirmação que fiz. Aliás, V. Exa. fez isso com maestria. O assunto do trigo merece um debate à parte. Os assuntos da economia nacional, relacionados com esse campo, merecem um debate, porque dizem respeito a nossos interesses. Entretanto, quero fazer apenas um pequeno reparo. V. Exa. falou, há pouco, em realidade orçamentária. Eu concordo. Acho que isso deve ser feito, está sendo feito, e felicito o Governo por isso. E é um homem da Oposição que diz isso.

Agora, não concordo com o Governo nunca, por ele não dar realidade à economia popular vencimentos condignos à classe assalariada para que todos possam pagar o preço real de nossos produtos.

Citava, aqui, há poucos dias, o preço do leite, atividade que está desapegando-se pelo fato do Governo vir retendo os acréscimos que não são da vontade do produtor, mas oriundos inclusive, do acréscimo dos impostos; oriundos da elevação do custo de todos os insumos. Esse assunto é complexo e não quero me alongar, porque estou aqui há muito tempo, apenas concordei aparte ao nobre Deputado Ivo Tomazoni, porque sei que S. Exa. trouxe uma contestação a fazer. Terei o prazer de ouvir S. Exa., sempre para mim é um prazer dialogar com o nobre Deputado Ivo Tomazoni.

O Sr. Ivo Tomazoni — Sr. Deputado Nivaldo Krüger, quando V. Exa. estava na Tribuna e fez a afirmação de que o Partido de V. Exa. deveria estar numericamente melhor representado na Câmara Alta...

O SR. NIVALDO KRUGER — Este é meu sonho.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. verificou que é de minha formação pessoal gesticular quando concordo, ou quando discordo, de determinadas afirmações. Muito embora, longe de mim, nobre Deputado, parecer o meu gesto, uma falta de educação para com V. Exa., a quem ouço sempre com muita atenção, e procuro fazê-lo de forma a me ilustrar sempre.

Mas, V. Exa. nobre Deputado, durante o discurso que faz e os apartes que lhe foram oferecidos, uns defendendo a tese de que a agressividade de nossa Bancada, talvez fôsse um meio defendido para que o Governo da República verificasse a necessidade urgente de que o Paraná fôsse contemplado, como merece, na distribuição dos recursos que a União dispõe.

Por outro lado, o fundamento principal é de que a maioria da Bancada deve estar nas mãos daqueles que têm condições de melhor dialogar com o Governo da República para sensibilizá-lo para esta necessidade.

Mas, veja V. Exa., que a dotação, para o exercício de 71, o salário educação, para o Paraná, é de sete milhões e meio de cruzeiros, enquanto que o Maranhão, pequena unidade federativa do Brasil, conta com oito milhões e meio. E eu me lembro, quando dessa Tribuna, muitos parlamentares defendiam a tese de que as professoras não habilitadas, contratadas pelo Estado, deveriam ter a consequente estabilidade no quadro próprio do pessoal. E daí afora. E as estatísticas então fornecidas pela Secretaria de Educação ao Ministério da Educação e Cultura, falaram muito alto. Professoras sem habilitação no quadro de professoras do Estado do Paraná, representavam 67% do total dos professores paranaenses. Em função disso, nobre Deputado, caímos vertiginosamente na obtenção de recursos do salário educação. Sr. Deputado, erros vêm se sucedendo na administração pública do Estado do Paraná. Temos que confessar aqui, para fazer justiça. Muita coisa se está fazendo no sentido de acertar. Quando V. Exa. fala em incentivos fiscais, V. Exa. não admite que o Governo do Paraná tenha um órgão encarregado de estimular, de financiar a instalação de indústrias no Paraná.

O SR. NIVALDO KRÜGER — ... Apenas acho que o processo usado pelo Paraná é antiquado, é superado, em relação ao processo usado pelos outros Estados.

O Sr. Ivo Tomazoni — Já está existindo no Paraná concorrência para financiar indústrias no Paraná. Vou prestar um testemunho, porque vivi o caso, acompanhei um industrial de minha região ao BADEP. Pretendia o industrial a substituição de um imóvel para obtenção de um novo empréstimo; em outro organismo. Para exemplificar, determinado industrial possuía, como hipoteca no BADEP, o imóvel de sua indústria, para o financiamento anterior. Quinze dias depois da consulta, foi concedido pelo BRDE um empréstimo da ordem de hum milhão e meio de cruzeiros...

O SR. NIVALDO KRÜGER — V. Exa. disse que o cidadão é seu amigo?

O Sr. Ivo Tomazoni — É um industrial de minha região.

O SR. NIVALDO KRÜGER — V. Exa. diga que ele não tome esse empréstimo, porque a empresa não vai poder pagar os juros que são cobrados.

O Sr. Ivo Tomazoni — Para V. Exa. ver como ele vai bem, já pagou o empréstimo anterior e deve hoje apenas 300 mil cruzeiros. Estão esses estabelecimentos de crédito brigando para conceder esse empréstimo de hum milhão. Houve até reunião dos dois diretores de estabelecimentos de crédito, porque ambos querem dar às indústrias condições financeiras para se expandirem.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Vamos dialogar, V. Exa. é muito envolvente e daqui a pouco em me perco nas ponderações de V. Exa. Quero contrapor, que se esses dois órgãos estão lutando para obter alguém que leve seu dinheiro, é porque o dinheiro está sobrando, é porque os investimentos estão se evadindo. Quanto cobra de juros o BADEP?

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem um minuto para terminar.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. sabe que esses juros são regulados hoje. E é conhecido de todos que a ARTEX se estabeleceu no Paraná.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Há três anos atrás, hoje não viria.

Ai é que está o grande equívoco do Governo que não se apercebeu ainda, como V. Exa. também não se apercebeu. E esse alerta que eu queria dar ao Paraná e aos Deputados. É um equívoco do Paraná e dos homens do Governo. Hoje, Santa Catarina dá dinheiro sem juros. Quem vai levar sua empresa a um Banco que cobra juros, com prazo certo, quando pode levar a um Fundo que dá dinheiro sem juros, cujo dinheiro não precisa ser pago, porque paga no incentivo fiscal.

Pena não podermos continuar nesse diálogo, mas invoco o testemunho do Presidente desta Casa, que assistiu a explanação feita pelo Secretário de Planejamento de Santa Catarina. Este é o atrativo que leva o empresário a investir no Estado de Santa Catarina, porque lá ele não precisa pagar juros. Ai que se descobriu o ovo de Colombo!

Por incrível que pareça, eu estou aqui, fazendo propaganda de Santa Catarina!

Muito obrigado pela atenção. (revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, na sessão de ontem, requeri à Mesa que procedesse a chamada nominal, para a verificação de quorum. A Mesa, em primeira chamada, constatou a presença de 19 Srs. Deputados, número insuficiente para a votação da matéria, para a deliberação, de acordo com o que preceitua a Lei.

Todavia, imediatamente — pode ser verificado na Ata dos trabalhos o nobre Deputado Paulo Poli pediu à Mesa, através de nova Questão de Ordem, que fizesse soar os tímpanos e que procedesse nova chamada para a verificação de quorum, porque ele tinha conhecimento de que diversos Srs. Deputados estavam atendendo a Prefeitos, a Vereadores, lá no Salão Nobre deste Legislativo.

Feita a nova chamada, pude verificar que os Deputados Sebastião Rodrigues, Quilse Crisóstomo, Francisco Escorsin, Antônio Maciel, Agnaldo Pereira Lima, Acyr José, Gabriel Manoel, Nelson Buffara e Ovidio Franzoni, estavam presentes à Casa e adentraram ao Plenário após a sua chamada. Não tiveram suas presenças computadas, razão pela qual eu peço, Sr. Presidente, que se corrija esta injustiça que se praticou contra esses Srs. Deputados, que tiveram as suas presenças não confirmadas na nova chamada, quando na realidade vieram até o Plenário e assistiram a discussão da matéria.

Era esta a Questão de Ordem, e desejava solicitar à Mesa que computasse a presença dos Srs. Deputados, o que daria o quorum para a votação.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. 1.º Secretário, que faça a verificação da Questão de Ordem levantada pelo deputado Erondy Silvério; se assim fôr, que se dê presença aos referidos Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Candido Martins de Oliveira, constante do Expediente. Necessitam de apoioamento. Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante de sessão anterior. Necessita de apoioamento. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente de sessão anterior. Necessita de apoioamento. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32.69, de autoria do Dep. Pinto Dias, que autoriza a Produção e Aquisição de Sementes de Algodão em todo o território Nacional, pelas cooperativas legalizadas, proibindo a cessão ou revenda a terceiros pelos cooperados e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.A. com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 231.19, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a criar, na localidade denominada Monte Real, Município de Sto. Antônio da Platina, um Ginásio Estadual, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182.69, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Itambé, um Estabelecimento de Ensino Técnico Comercial de Grau Médio, para funcionar a partir do próximo ano. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P.I. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 182.69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Itambé, um estabelecimento de Ensino Técnico Comercial, de grau médio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de setembro de 1969.

(a) Dep. Túlio Vargas

JUSTIFICATIVA:

O Município de Itambé, fértil e florescente região do Estado, conta com um apreciável contingente estudantil.

É bom que se diga, por outro lado, que aquela área do Estado resente a falta de um Estabelecimento Técnico daquela natureza.

O Poder Público deve se preocupar, de maneira efetiva, com a difusão de cursos técnicos para atender o mercado de trabalho que a cada dia cresce mais.

As razões ora expendidas justificam plenamente a apresentação do presente plano de lei, o qual, esperamos, seja acatado por nossos ilustres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 182.69

AUTOR: — Dep. Túlio Vargas

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Itambé, um Estabelecimento de Ensino Técnico Comercial, de grau médio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

PARECER

1) — Objetiva o nobre Deputado Túlio Vargas, através da presente proposição, autorizar o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Itambé, uma Escola Técnica de Comércio, de grau médio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2) — Dita proposição vem articulada e devidamente justificada, atendendo determinação contida no Regimento Interno.

Trata-se de mera autorização, não ferindo, por via de consequência, qualquer disposição de ordem constitucional e legal. Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

Isto posto, somos pela aprovação do plano de lei em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1969.

(aa) Emílio Carazzai — Presidente

Olivir Gabardo — Relator

Paulo Poli — Vencido

Ernesto Moro — Sílvio Barres — Luiz Renato Maluceli —

Roberto Wypych — Haroldo Bianchi

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 182.69

I — O Projeto de Lei em exame autoriza o Poder Executivo a criar na sede do Município de Itambé, um Estabelecimento de Ensino Técnico Comercial, para funcionar no próximo ano letivo.

II — Na justificativa do plano de lei o autor do Projeto diz da importância da criação do Estabelecimento Técnico Comercial para o Município de Itambé, no que concordamos plenamente, sendo nosso parecer pela aprovação.

Sala das Comissões, em ... de junho de 1971.

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias — Arizone Araújo — Acyr José

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

Meramente autorizativo não traz, o presente projeto, nenhuma implicação de ordem financeira. Somos pela aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de Julho de 1971

(aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Santos Lima — Relator

Maurício Fruet — Paulo Poli — Fuad Nacli

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 208-70, de autoria do Dep. Silvio Barros, que declara de Utilidade Pública a Liga de Esportes de Cambé. — Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 208-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, a Liga de Esportes de Cambé, com sede na cidade de Cambé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1970.

a) Silvio Barros

JUSTIFICATIVA:

A Liga de Esportes, objeto deste Plano de Lei, fundada em 15 de janeiro de 1968 além das suas atribuições relativas ao estímulo necessário e imperioso no esporte amador, apresenta-se como uma das entidades melhor organizada em nosso Estado, tendo a sua frente uma diretoria altamente motivada que por várias vezes assumiu a responsabilidade de promoções esportivas e sociais na Cidade de Cambé, qualificando-se como das mais sugestivas entidades prestadoras de serviços à comunidade.

Possui a Liga de Esportes de Cambé um numeroso quadro de associados, respondendo pelos resultados dos jogos no Estado do Paraná, bem como pelo noticiário dos mesmos.

Atendendo a formalidade exigida por Lei, juntamente ao presente Projeto de Lei, os estatutos do registro da entidade que desejamos seja elevada a condição de Utilidade Pública Estadual.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 208-70

AUTOR: Dep. Silvio Barros

SÚMULA: "Declara de utilidade pública a Liga de Esportes de Cambé".

PARECER

1.) O Projeto em questão foi elaborado atendendo ao que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) O processo respectivo foi devidamente instruído, donde se conclue que a Entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos exigidos pela legislação vigente, à espécie aplicável.

3.) A mesma Proposição não fere qualquer preceito de ordem constitucional e legal. Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa de seu ilustre Autor.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

Meramente autorizativo não traz, o presente projeto, nenhuma implicação de ordem financeira. Somos pela aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de Julho de 1971

(aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Santos Lima — Relator

Maurício Fruet — Paulo Poli — Fuad Nachi

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 208-70, de autoria do Dep. Silvio Barros, que declara de Utilidade Pública a Liga de Esportes de Cambé. — Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 208-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, a Liga de Esportes de Cambé, com sede na cidade de Cambé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1970.

a) Silvio Barros

JUSTIFICATIVA:

A Liga de Esportes, objeto deste Plano de Lei, fundada em 15 de janeiro de 1968 além das suas atribuições relativas ao estímulo necessário e imperioso no esporte amador, apresenta-se como uma das entidades melhor organizada em nosso Estado, tendo a sua frente uma diretoria altamente motivada que por várias vezes assumiu a responsabilidade de promoções esportivas e sociais na Cidade de Cambé, qualificando-se como das mais sugestivas entidades prestadoras de serviços à comunidade.

Possui a Liga de Esportes de Cambé um numeroso quadro de associados, respondendo pelos resultados dos jogos no Estado do Paraná, bem como pelo noticiário dos mesmos.

Atendendo a formalidade exigida por Lei, juntamente ao presente Projeto de Lei, os estatutos do registro da entidade que desejamos seja elevada a condição de Utilidade Pública Estadual.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 208-70

AUTOR: Dep. Silvio Barros

SÚMULA: "Declara de utilidade pública a Liga de Esportes de Cambé".

PARECER

1.) O Projeto em questão foi elaborado atendendo ao que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) O processo respectivo foi devidamente instruído, donde se conclue que a Entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos exigidos pela legislação vigente, à espécie aplicável.

3.) A mesma Proposição não fere qualquer preceito de ordem constitucional e legal. Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa de seu ilustre Autor.

4.) Nestas condições, somos pela sua aprovação.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Arthur de Souza

Armando Queiroz

Gilberto Carvalho

Igo Losso

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 22-71, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo construir um Grupo Escolar no bairro de Santa Cândida, Município de Curitiba. — Pareceres favoráveis da CCJ, CF e CIP. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 22-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um Grupo Escolar no Município de Curitiba, bairro de Santa Cândida, e que se situe na confluência da rua Leopoldo Marochi com a estrada que liga a Roça Grande.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1971.

a) — Dep. Maurício Fruet

JUSTIFICATIVA:

Na citada região da Capital não há qualquer escola primária. A falta da mesma obriga um elevado número de crianças a se deslocar para locais muito distantes para poderem frequentar um curso primário.

Com a criação do Grupo Escolar proposto pelo projeto em tela a situação seria solucionada, razão pela qual acreditamos na aprovação deste Projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 22-71.

AUTOR: Dep. Maurício Fruet

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo, construir um Grupo Escolar no bairro de Santa Cândida, Município de Curitiba".

I — É medida autorizativa e pelo justificado, merece acolhida, em virtude de não existir qualquer escola na localidade onde se pretende a criação e construção desta.

II — Não contraria qualquer dispositivo de ordem legal ou Constitucional.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Maurício Fruet

Igo Losso

Gilberto Carvalho

Acyr José

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

AUTOR: Dep. Maurício Fruet

SÚMULA: "Autorizando construção de Grupo Escolar"

1 — A iniciativa, por ser apenas medida autorizativa, não contraria

dispositivos constitucionais ou legais, sendo de se ressaltar a sua oportunidade, uma vez que há falta de um estabelecimento escolar, do gênero, na referida localidade.

2 — O nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões. em 30-6-71.

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Arizone Araújo

Francisco Escorsin

Acyr José

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 2271

P A R E C E R

I — De autoria do Deputado Maurício Fruet, o Projeto de Lei em exame, visa autorizar o Poder Executivo a construir um Grupo Escolar no Município de Curitiba, no bairro de Santa Cândida.

II — Tratando-se de medida autorizatória, nosso parecer é favorável, pois somente se concretizará a construção do Grupo Escolar se houver disponibilidade orçamentária.

Sala das Comissões, em .. de julho de 1971.

aa) Leopoldo Jacomei — Presidente

Fuad Nacli — Relator

Santos Lima

Paulo Poli

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 50-71, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade Beneficente "Casa de Misericórdia", da cidade de Cornélio Procopio. — Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 50-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o — Fica declarada de utilidade pública a sociedade beneficente Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1971.

a) Dep. Rosário Pitelli

JUSTIFICAÇÃO:

A entidade hospitalar, que se pretende declarar de utilidade pública nesta oportunidade, preenche os requisitos e condições exigidas pela legislação Federal, que rege a matéria, conforme se verifica dos anexos documentos de constituição e de prestação de contas das diversas diretorias.

A Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio possui os mais eficientes equipamentos hospitalares do Estado.

A Casa de Misericórdia em questão coloca-se na mesma linha de prestação de serviços de interesse social e coletivo das inúmeras outras Casas já reconhecidas por este Poder, como de utilidade pública.

Justifica-se portanto este projeto, em vista do atendimento que a Casa de Misericórdia daquela cidade, presta aos pacientes residentes não só naquele município, como também outros municípios vizinhos compreendendo: Abatiá — Santa Mariana — Bandeirantes — Congoinhas — Leopoldina — Serfopó — Nova Fátima — Assaí — Nova América da Colina — Rancho Alegre — São Sebastião da Amoreira — Santo Antonio do Paraíso — Santa Cecília do Pavão — São Jerônimo da Serra.

A entidade em questão preenche todos os requisitos exigidos pela legislação Federal, os quais são fundamentais para o reconhecimento da utilidade pública de associação de caráter particular.

Frisa-se que a Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio, instituída há

15 anos, em cujo período de existência sempre se houve com acerto, atendendo principalmente os doentes desfavorecidos pela sorte.

Dai o projeto que ora submetemos à apreciação e deliberação dos Senhores Deputados.

Anexo Ofício:

Atestado da Municipalidade local;

Exemplar do Estatuto;

Relatório de 1967 — 1968 — 1969 e 1970.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: Dep. Rosário Pitelli

SÚMULA: "Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente "Casa de Misericórdia de Cornélio Procópio".

P A R E C E R

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: Dep. Rosário Pitelli

Súmula: "Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente "CASA DE MISERICÓRDIA DE CORNÉLIO PROCÓPIO".

P A R E C E R

O Projeto de Lei está devidamente instruído com farta documentação, comprobatória de funcionamento legal, através aquisição de personalidade jurídica. Seus Estatutos salientam a manutenção de leitos para pobres e indigentes, assegurando-lhes assistência hospitalar completa. Evidenciando possibilitar à população de Cornélio Procópio eficiente atendimento, demonstra finalidade altruística e humanitária, de profunda significação social, enfrentando dificuldades financeiras, permanentes que evidenciam balancetes deficitários.

Estando perfeitamente instruído o Plano de Lei, concluímos, salvo melhor entendimento, que preenche os requisitos legais para a sua aprovação.

Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1971

aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Arthur de Souza

Armando Queiroz

Gilberto Carvalho

Igo Lessa

Sebastião Rodrigues Júnior

Mugiatti Filho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90-71, de autoria do Dep. Francisco Borsari Netto, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 90-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Passa à responsabilidade do Depto. de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1971.

a) Dep. Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia, na extensão de aproximadamente 15 km., que objetivamos passar à responsabilidade do DER-PR, interliga através da PR-74 as cidades de Uraí e Rancho Alegre.

No eixo BR-369-Uraí-Rancho Alegre-Assis (SP), com trecho BR-369-Uraí assfaltado, apenas a rodovia Uraí-PR-74 não é conservada pelo DER.

Além do fato de ser grande o tráfego intermunicipal e o que demanda ao Estado de São Paulo, atualmente a citada Rodovia está sendo retificada, visando a melhoria de condições de seu traçado, o que entendemos justificar plenamente sua passagem à responsabilidade do D.E.R., que certamente apresenta melhores condições para os serviços de melhoria e conservação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 90-71

AUTOR: Dep. Borsari Netto

Súmula: Transfere ao DER a conservação da Rodovia Uraí-PR-74.

P A R E C E R

1). Pretende-se com o presente projeto de lei passar à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74.

2). O projeto vem com justificativa que adotamos integralmente.

3). Nada a opôr à normal tramitação do projeto em foco.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões 30 de julho de 1971.

aa) Emilio Carazzai — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Armando Queiroz

Gilberto Carvalho

Cândido Martins de Oliveira

Sebastião Rodrigues Júnior.

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R

I — De autoria do Deputado Francisco Borsari Netto, o Projeto de lei em exame, visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74.

II — A proposição já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, e com relação ao aspecto financeiro, que é atribuição desta Comissão, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 30 de julho de 1971.

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Fuad Nacli — Relator

Santos Lima

Paulo Poli

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI N. 90-71

AUTOR: Dep. Francisco Borsari Netto

Súmula: "Transfere à responsabilidade do D.E.R., para fins de melhoria e conservação, a Rodovia que liga a cidade de Uraí a PR-74".

P A R E C E R

1.) O Projeto supra referido foi examinado pelas duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, nas quais recebeu pareceres favoráveis.

2.) Tem por fim a referida iniciativa, transferir a responsabilidade do D.E.R., para fins de melhoria e conservação, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74.

Referida estrada está localizada em um complexo de estradas de rodagem, sendo a única que ainda não recebeu os serviços de pavimentação asfáltica.

3.) Nestas condições, somos pela sua aprovação.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) **Lázaro Dumont — Presidente**

Gilberto Carvalho — Relator

Hélio Manfrinato

Borsari Netto.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da reportagem "A Petrobrás, do Nascimento à Maioridade", publicada na edição de sábado último, no Jornal "Fôlha de Londrina". — **Aprovado.** (O artigo a ser publicado acha-se transcrito no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que o Hospital das Clínicas do Paraná seja dotado das verbas necessárias ao seu integral funcionamento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, integrada por três membros, com a finalidade de estudar a criação de um Instituto de Previdência destinada a proporcionar ao Deputado Estadual Paranaense a assistência e amparo de que até agora carecem. — **Aprovado.**

Indicação de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, indicando para representar o MDB, na Comissão Especial que estudará a criação do Instituto de Previdência da Assembléia Legislativa, o Sr. Deputado Muggiati Filho. — **A Divisão das Comissões para anotar.**

Indicação do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, indicando os Srs. Deputados Armando Queiroz e Paulo Camargo, para representarem a Bancada da Arena na Comissão Especial, que estudará a criação do Instituto de Previdência da Assembléia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Secretário de Agricultura, no sentido de que seja dado por aquela Pasta, o atendimento que se faz mister ao Município de Araruama. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Agricultura, sugerindo a criação de um Grupo de Trabalho, objetivando oferecer melhores condições de desenvolvimento à plantação de palmito no Paraná. — Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia de amanhã.

Requerimento de autoria dos srs. Deputados Paulo Foli e Borsari Neto constante do Expediente, solicitando seja registrado na Ata dos trabalhos de hoje, o ofício n. 59-71, que receberam do Sr. Prefeito Municipal de Cêrro Azul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, seja enviado Expediente aos Srs. Secretário da Agricultura, do Trabalho e Assistência Social e Presidente do Café do Paraná,

no sentido de atendimento às vítimas existentes da forte chuva de granizo, que abateu, dia 3 do corrente, a região de Chopinzinho e, também atendimento aos agricultores que tiveram a sua lavoura dizimada. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr.: 231-09.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns.: 182-69, 208-70, 22-71, 50-71, 90-71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns.: 102-70, 187-70, 196-70, 210-70, 195-69.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALVARO DIAS, NA SESSÃO DE 6 DE OUTUBRO DE 1971.

"A PETROBRAS, DO NASCIMENTO A MAIORIDADE

Hélio Duque

"Sem petróleo, nosso potencial militar é baixo; sem petróleo, assistimos, tristemente, à penetração constante, ininterrupta da Standard Oil, Royal Dutch-Shell, Mexican Eagle, pelos menores recantos da nossa Pátria. Urge, pois, substituir todos esses nomes por nomes brasileiros. Nutrimos fundas esperanças de que tal substituição ocorrerá tanto mais cedo quanto maior for a eficácia da cooperação do Exército nas pesquisas para localização daquele combustível".

Amanhã, 3 de outubro, a PETROBRAS estará comemorando a sua maioridade: completará 18 anos. Ao longo desses anos a jornada heroica da luta pelo monopólio estatal do petróleo teve a dimensão dos grandes movimentos históricos, galvanizando a consciência coletiva nacional, numa afirmação de unidade nacional. Ela é a empresa símbolo da nossa emancipação econômica.

Foi no dia 6 de setembro de 1951 que Getúlio Vargas remeteu ao Congresso Nacional a mensagem n. 469, acompanhada dos projetos ns. 1.516 e 1.517. O primeiro projeto, de 31 artigos, tratava da constituição da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A. Fazendo-se uma comparação entre a mensagem do Presidente Vargas e o texto do projeto, notava-se uma contradição: na mensagem o Presidente denunciava o perigo da participação dos capitais estrangeiros na indústria do petróleo.

No projeto, entretanto, deixava a porta aberta à entrada desses capitais:

Na Câmara dos Deputados, Eusébio Rocha protestava e, ao mesmo tempo, defendia o substitutivo n. 1.595, de sua autoria: "Não se pode aceitar a participação de capitais monopolistas sem alienar a soberania da nossa Pátria". O problema do petróleo despertava grandes polémicas. A Câmara dos Deputados (e quem me disse isso foi o próprio Eusébio Rocha, no ano passado, na época em que ele e eu escrevíamos para o semanário paulista "Fato Novo", recolhia depoimentos importantes: Rômulo Almeida, Juarez Távora, Bittencourt Sampaio e outros.

Enviado para o plenário da Câmara, o projeto recebia o requerimento de urgência para discussão, formulado pelo líder da maioria, Gustavo Capanema. Artur Bernardes reclamava: "Em que pese a opinião do nobre líder da maioria, parece-me que seu requerimento de urgência não deve ser aprovado. Esse assunto se arrasta há seis anos. Agora, quando se trata de um projeto favorável aos trustes, é que se vai correr?". Submetido à votação o regime de urgência foi aprovado por 132 votos contra 78. No dia 15 de maio, a Comissão de Finanças votava favoravelmente ao projeto. No dia 4 de junho, uma surpresa: a UDN declarava-se contrária ao projeto. E mais: apri-

sentava um substitutivo que veio a converter-se numa das mais importantes peças da Lei 2004.

O projeto da bancada udenista — hoje, o artigo 1.º da Lei da Petrobrás estabelecia o monopólio estatal. A posição da UDN diante do problema jogava por terra as repetidas acusações de que o monopólio estatal surgira como inspiração comunista. Nessa hora Eusébio Rocha volta à tribuna e diz:

“Quem fez todos os estudos relativos ao petróleo, senão o próprio Estado? Quem localizou as cinco províncias de petróleo? Foi o Estado.

Quem descobriu o petróleo na Bahia? Foi o Estado. Quem construiu Cubatão, a refinaria de Mataripe, quem comprou a sexta frota petroleira do mundo? Foi o Estado. Se o Estado foi quem promoveu todos os investimentos até agora realizados, por que, no momento em que vamos começar a auferir os lucros, eles devem ser divididos com os capitais privados nacionais ou estrangeiros?”

No dia 2 de setembro de 1952, o projeto da Petrobrás era submetido à votação com mais de 150 emendas do plenário e das comissões.

A aprovação do projeto em primeira discussão tornava sem efeito o substitutivo de Eusébio Rocha. Nove dias depois, o deputado Nestor Jost (atual presidente do Banco do Brasil) apresentava a emenda n. 5 ao artigo 18 do projeto modificado pela Câmara, facultando serem acionistas “as pessoas físicas brasileiras limitadas a aquisição de ações ordinárias até vinte mil”. Contava a proposta de Nestor Jost com o apoio de Raimundo Padilha, Israel Pinheiro, Daniel Faraco e outros menos conhecidos. É nessa hora que, mais uma vez, Eusébio Rocha pulveriza de maneira fulminante a proposta de Jost: “Pela emenda de V. Excia., todas as sociedades organizadas no Brasil poderão participar da Petrobrás. Quer dizer, a Esso, a Ultragaz e as subsidiárias da Standard Oil se integrarão no sistema, violando o princípio nacionalista”.

Depois de longos debates a proposta de Nestor Jost foi rejeitada e no dia 23 de setembro era dada a redação final ao projeto 1.516, com um total de 55 artigos (21 artigos a mais do que o projeto original de Getúlio Vargas). No dia 30, era remetido ao Senado, para apreciação.

O texto do projeto, então, sofrera alterações.

Contra essas alterações investia furiosamente o Senador Assis Chateaubriand, cuja defesa da Standard Oil, no Senado, ficou famosa:

“Não estamos militando num trágico equívoco ao pensar que, pondo as mãos de brasileiros, tupinambás, de brasileiros tupiniquins, de brasileiros guaracurus, os negócios do petróleo do Brasil, ficaremos mais garantidos das influências estranhas. Puro engano. Não se iludam. Por que se riscar a Standard Oil das empresas, que eventualmente poderiam vir aqui e trabalhar no negócio do petróleo? Ela é uma pioneira entre nós e não temos porque nos queixar da sua correção”.

No dia 23 de abril de 1953, o projeto era colocado na ordem do dia e em discussão única, recebendo nove emendas no plenário. Entre elas a do senador João Vilasboas, que autorizava a refinarias ora em funcionamento no País a se incorporar à Petrobrás como subsidiárias. Na mesma data o senador Kerginaldo Cavalcante apresentava a emenda cujo texto procurava reeditar as condições estipuladas no artigo 24 do projeto de Eusébio Rocha. No dia seguinte o senador Oton Máder, do Paraná, apresentava a emenda que mandava suprimir o item 1 do artigo 1.º eliminando “a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidro-carboretos, fluidos e gases raros, existentes no território nacional, do monopólio da União”.

Ainda nesse mesmo dia o senador Kerginaldo Cavalcante trazia a emenda 51 que seria acrescentada ao artigo 1.º: “Fica o governo autorizado a encampar no regime de monopólio estatal, dentro do prazo de cinco anos, mediante indenização, quaisquer empresas, nacionais ou estrangeiras, que o País, à data da publicação dessa Lei, efetuem a distribuição de derivados de petróleo”.

Essa emenda, apesar de aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, foi rejeitada pelas Comissões de Economia, Transportes e Finanças. Justificava Kerginaldo: "Não compreendo que o projeto fuja as suas linhas gerais, isto é, ao monopólio estatal, no que se refere à distribuição dos derivados de petróleo. Justamente é na distribuição que está a maior fonte de lucros".

Em 9 de junho de 1953, o projeto Petrobrás era submetido à votação do plenário, sendo aprovado com o total de 32 emendas. Foram rejeitadas as emendas de Kerginaldo Cavalcante e de Oton Mäder. No entanto a de João Vilasboas fôra aprovada. Em 8 de setembro a "Comissão Especial" da Câmara dos Deputados dava o seu parecer sobre as emendas do Senado:

"a Câmara dos Deputados, numa esplendida demonstração de civismo, resolveu adotar a solução nacionalista, limitando a brasileiros a participação na sociedade".

A "Comissão Especial" dava o seu parecer definitivo aprovando 21 emendas e rejeitando 11, no dia 11 de setembro, quando o projeto Petrobrás foi submetido à apreciação do plenário da Câmara dos Deputados para discussão única das emendas no Senado. Na sessão de 18 de setembro, o projeto emendado pelo Senado recebia sua redação final em condições de ser enviado à sanção do Presidente Vargas.

E, no dia 3 de outubro de 1953, Getúlio Vargas assinava o decreto da Petrobrás transformando-se na atual Lei 20004. Ao sancionar sem vetos a Lei 2004, que instituiu o monopólio estatal, o Presidente prestigiava o Parlamento e as lideranças partidárias e atendia às reivindicações gerais do povo brasileiro.

Este, o grande anônimo, fôra o responsável pelo surgimento de uma consciência de defesa do petróleo nacional. Todo este papel desempenhado pelo Parlamento encontrava sua base e apoio incondicional nas campanhas empreendidas pelos setores mais ativos da vida nacional, particularmente o Clube Militar.

A história do petróleo brasileiro tem sua origem ainda no Império, mas foi a partir da década de 30 que o problema passou a merecer a atenção nacional. Em 1936, Monteiro Lobato acusava o geólogo americano Victor Oppenheimer, contratado por três anos pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura, de venda de segredos do sub-solo brasileiro a empresas estrangeiras.

Em 1939, na Bahia o bravo Oscar Cordeiro via o petróleo jorrar numa sua propriedade que, visitada pelo técnico estrangeiro, anteriormente, fôra condenada por não existir petróleo no recôncavo baiano. A descoberta de Oscar Cordeiro desmentia os relatórios de Oppenheimer e mostrava que havia petróleo no Brasil. Foi o início de outra etapa no caminho da emancipação nacional.

Começa a fase de cobiça por parte da Shell e da Standard Oil sobre o petróleo nacional. Anteriormente, em 1931, a Shell já adquirira áreas presumivelmente petrolíferas através da "Companhia Brasileira de Petróleo", mas em 1934 perdera a possibilidade de explorar o sub-solo com a Constituição nova e o Código de Minas que estabelecia ser o sub-solo monopólio do Estado.

Em 1940, a Standard Oil enviava a Getúlio Vargas o "Memorandum Confidencial" — documento que permaneceu em segredo durante 18 anos — propondo sua participação no nosso petróleo. Vargas, Horta Barbosa, Gois Monteiro fulminaram essa pretensão. Um ano depois o mesmo remetente enviava uma nova carta para o mesmo destinatário com idénticas pretensões: a Standard Oil apresentava nova proposta a Getúlio. A descoberta de petróleo estimulava os interesses da empresa norte-americana. E, apesar das primeiras dificuldades, ela não desanimava.

Em 1945, fôra o Conselho Nacional de Petróleo alvo de campanha de desmoralização por parte da Standard Oil e da Shell. Nêsse mesmo ano, em maio, o general João Carlos Barreto alterava os postulados que vinham norteando a política de petróleo no Brasil. E no mês de junho, Vargas assinaria a lei anti-truste, atingindo os interesses dos grupos estrangeiros no País. No dia 30 de outubro, 24 horas após a queda de Getúlio Vargas, o "Diário Oficial" e o "Correio da Manhã" publicavam a concorrência aberta a grupos particulares para instalação de refinarias no País. Quando assinara a lei anti-truste Vargas, afirmara, referindo-se o Embaixador Adolf Berle J., dos EUA: "Repelimos sempre as intromissões de personalidades estrangeiras em nossa política interna". Seria depôsto horas mais tarde. Isso em 1945.

No final da década de 40 a luta prosseguia em torno do monopólio estatal do petróleo. Militares, parlamentares, brasileiros de todos os credos e ideologias cerram fileiras em torno da nacionalização do petróleo. E em 1950, essas forças já contavam com três expressivas vitórias pela campanha do monopólio estatal: a construção de uma refinaria em Santos; a aquisição de navios petroleiros e o prosseguimento da construção da refinaria de Mataripe, na Bahia. A essa campanha popular, o então presidente Eurico Gaspar Dutra solidarizou-se e sua atuação foi pioneira ao dar ao País sua primeira grande refinaria, a hoje "Presidente Bernardes", em Santos. Ninguém pode ignorar a contribuição decisiva do presidente Dutra à causa nacionalista do petróleo e também do seu ministro Bittencourt Sampaio.

Ao iniciar-se a década de 50, todo o Brasil se mobilizou em defesa do monopólio estatal do petróleo. A violência desencadeada não conseguir fazer calar a voz de tantos brasileiros que, nas escolas, nos quartéis, no parlamento, lutavam pela criação da Petrobrás. O caminho foi árduo, longo, penoso, mas vitorioso porque a vontade nacional foi mais forte.

É um acontecimento histórico, dos maiores da nossa História. Rico em ensinamentos que uma página de jornal não dá para dizer tudo. Por isso vamos resumir toda essa conquista dizendo que:

1 — O modelo político que convém ao nosso País é do união do povo. E, como povo, entendo as Forças Armadas, os Políticos, os Intelectuais, enfim todos os que querem um Brasil grande, nosso livre de tutelas de quem quer que seja. Do Leste ou do Oeste. Um Brasil brasileiro autêntico, a fim de que na realização dos objetivos nacionais, o Poder Nacional encontre-se revestido de autoridade e de força.

2 — Há empresas estatais que não são estatizantes. É o caso da Petrobrás, de Volta Redonda, que abriram as perspectivas amplas para a iniciativa privada nacional, ao passo que certos monopólios estrangeiros liquidaram a presença da iniciativa privada nacional em setores totais da economia brasileira, como é o caso dos produtos farmacêuticos e tantos outros.

3 — A Petrobrás, na luta pelo seu surgimento uniu Povo, Forças Armadas, intelectuais, Classes Industriais, enfim todos os brasileiros, numa união que resultou em benefícios para todos.

Hoje, 18 anos depois, a Petrobrás é a maior empresa brasileira. Emprega sozinha mais engenheiros que todas as demais. Asfalta todas as nossas estradas. Aduba nossas terras. Oferece maiores oportunidades para a mão de obra nacional.

Por tudo isso a Petrobrás é a empresa símbolo da luta pela nossa emancipação econômica. E o seu símbolo "Petrôline", criado pela minha amiga Sônia Castro, artista plástica da melhor qualidade e integrante da nova geração de artistas baianos, é exatamente a figura anônima do trabalhador.

Amanhã, dia 3 de outubro, será um dia importante para a história econômica brasileira: 18 anos de PEROBRA. Hoje, dirigida por uma figura tipicamente representante de um nacionalismo equilibrado que é o general Ernesto Geisel, a empresa já está penetrando em um outro setor importantíssimo: a distribuição. Já respondendo por quase 20 por cento do total de postos existentes no País e com um crescimento espantoso. Aliás, o jornalista Sebastião Nery é autor da célebre frase: "Nem tigre nem elefante são bichos nacionais; só abasteça nos postos da Petrobrás".

18 anos, idade adulta. Idade que coincide com o ideário do Brasil potência. Mas nessa hora, lembremos de Getúlio Vargas, o artífice dessa conquista, que, como disse o professor Barbosa Lima Sobrinho:

Tenho a impressão de que o Brasil só despertou de sua longa letargia com o suicídio de Getúlio Vargas. Pode-se até dizer que ele morreu para que o Brasil vivesse. Morreu para salvar a PETROBRÁS, que sem a sua morte teria sido sacrificada para sempre. A PETROBRÁS parece até que tem fôlego de sete gatos. Como resistiu aos seus impenitentes adversários! E acabou se tornando num órgão de propaganda do nacionalismo, convertendo até mesmo os que chegavam à sua administração prevenidos e talvez até mesmo portadores de uma ordem de extermínio. A PETROBRÁS, com o seu êxito, acabou levando a meditar nos algarismos que Getúlio Vargas compendiou na sua mensagem presidencial de 1954 e através dos quais começamos a perceber que o auxílio estrangeiro era um mito, pois na verdade dispendíamos mais com ele. A realidade é outra, para quem tiver independência bastante para olhar para a frente. A PETROBRÁS é o maior exemplo".

1.ª Sessão Legislativa de 7.ª Legislatura
Ata da 204.ª Sessão Ordinária
Realizada em 5 de Novembro de 1971 — (6.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Hélio Manfrinato.

As 10,00 horas, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Bufara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Sebastião Rodrigues Júnior, Paulo Camargo, Santos Lima e Wilson Brandão (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Rosário Pitelli, Antônio Lopes Júnior, Alvaro Dias, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, Cândido Martins de Oliveira, Fabiano Braga Côrtes, João Mansur, Lázaro Dumont, Nivaldo Krüger, Paulo Poli, Pinto Dias e Xenofonte Villanueva (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 25 Srs. Deputados. Há número legal para o prosseguimento da sessão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

O F Í C I O S :

— Sob o n.º 325-71, do Senhor Governador do Estado, encaminhando expediente de informações, em atenção ao requerimento do Senhor Deputado Maggiati Filho. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

— Sob o n.º 337-71, do Senhor Governador do Estado, encaminhando cópia de informações em atenção ao requerimento do Senhor Deputado Nivaldo Krüger. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

— Sob o n.º 1.061-71, do Senhor Carlos A. Meissner Osorio, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, prestando esclarecimentos em atenção ao requerimento do Senhor Deputado Alvaro Dias. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

— Sob o n.º 1.251-71, do Senhor Dr. Daniel Egg, Secretário de Estado dos Negócios da Saúde Pública, prestando esclarecimentos em atenção ao requerimento formulado pelo Senhor Deputado Alvaro Dias. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

— Do Senhor General de Exército Idalio Sardenberg, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, acusando o recebimento e agradecendo o requerimento do Senhor Deputado Francisco Escorsin. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

— Do Senhor Deputado Federal Lauro Rodrigues, encaminhando a esta Casa, cópia do Projeto de autoria do referido Parlamentar, que institui a "Semana do Legislativo, cria Comissão Mista e dá outras providências". — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

— Circular n.º 32,71, do Senhor Dr. Cláudio Magalhães da Silveira, Chefe do Setor do Paraná da SUCAM, encaminhando exemplar do relatório das atividades realizadas por aquele setor, referente ao ano de 1970. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

— Sob o n.º 10.299, do Senhor Paulo Soares Cintra, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, convidando a Presidência desta Casa para participar da "Semana de Estudos sobre a Implantação da Reforma do Ensino de 1.º e 2.º Grau na Área Metropolitana de São Paulo". — Ao conhecimento do Senhor Presidente.

— Sob o n.º 1/71/72, do Senhor Antônio Umberto de Campos Pioli, Presidente do Diretório Acadêmico de Filosofia de Paranaguá, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Diretoria daquela Entidade. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Aguinaldo Pereira Lima, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei nrs. 105-71 e 131-71.

— De autoria do Senhor Deputado Antônio Costa, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei nrs. 245-71, 243-71 e 244-71.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 258-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O artigo 12, da Lei n.º 6.212, de 09 de agosto de 1971, fica acrescido do seguinte parágrafo:

Parágrafo único — O disposto na parte inicial deste artigo aplica-se aos servidores do DRI, aposentados anteriormente à vigência desta Lei.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1971.

(a) Nelson Buffara.

JUSTIFICATIVA:

O funcionário na ativa estabelece seu padrão de vida, é evidente, tomando por base os seus vencimentos e vantagens, cujo padrão, no mais das vezes, sofre sensível diminuição quando da sua aposentadoria, o que importa em uma medida injusta.

O objetivo da presente Lei é dar ao funcionário aposentado a continuidade do já aludido padrão de vida na aposentadoria, estabelecendo-se, desta forma, a verdadeira justiça social àqueles que contribuíram para dar recursos suficientes para a sobrevivência do Estado.

Assim, pois, apresentamos a presente iniciativa à consideração de nossos Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e aprovação final.

PROJETO DE LEI N.º 259-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Distrito de Nova Prata, Município de Salto do Lontra, uma agência de Rendas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 1971.

(a) Ivo Tomazoni.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste plano de Lei é permitir aos habitantes do distrito de Nova Prata, maior facilidade no pagamento dos tributos devidos ao Estado.

Na situação atual, os moradores desta região, além de serem onerados financeiramente, perdem muito tempo, pois têm que percorrer 20 (vinte) quilômetros até a sede do Município para conseguirem as guias necessárias, retornando em seguida pelo mesmo caminho até atingirem a saída por três Barras e Catanduvas, em direção à estrada principal, Foz do Iguaçu-Ponta Grossa.

PROJETO DE LEI N.º 260-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decret

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga São Mateus do Sul a Rio Azul, passando por Pôrto Soares, no Rio Pottinga.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 1971.

(a) Domicio Scaramella.

JUSTIFICATIVA:

Via de grande movimento, a estrada que ora se pretende transferir à responsabilidade do D.E.R. está a merecer, de longa data, um melhor tratamento, dando, desta forma, melhores condições de tráfego.

Tal medida agora se torna inadiável, tendo em vista o funcionamento, num

futuro muito próximo, da usina do xisto no Município de São Mateus do Sul; a utilização daquela rodovia deverá triplicar, na pior das hipóteses.

Em face de tais razões, apresentamos a presente iniciativa à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e aprovação final.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Lei Estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, elevou Santo Antônio, hoje Santo Antônio do Sudoeste, à condição de Município, portanto, a 14 do corrente mês, Santo Antônio estará comemorando os seus 20 anos de emancipação.

Santo Antônio do Sudoeste é um Município localizado na zona fisiográfica do Iguaçu, no Extremo Sudoeste do Estado, na divisa com a Argentina. Seus primeiros desbravadores, D. Luca Ferrera e João Ramiro, embrenharam-se nas terras do Paraná pelos idos de 1902; o primeiro vindo do vizinho País

guarani, do Paraguai, embrenhou-se pelas terras do Paraná em busca de riquezas naturais, lá encontrando, na região, hoje, atualmente do Município de Santo Antônio, a erva-mate, que representava grande riqueza para toda a população, tendo em vista o costume tradicionalista do chimarrão. Não havia estradas, e portanto os desbravadores abriam as pequenas picadas para cruzarem a cavalo, que constituía o único meio de transporte.

O Município se desenvolveu, o Município cresceu, graças à elevada produtividade de suas terras e graças à dedicação de seus colonizadores, na maioria oriundos do Rio Grande do Sul. Santo Antônio foi uma das primeiras Comarcas do Sudoeste do Paraná. Ao alçar-se à condição de Município, em 1951, teve como primeiro Prefeito um dos seus filhos mais ilustres, ex-Deputado com assento nesta Casa — refiro-me ao Senhor Percy Schreiner.

Nesta data, pois, a 14 de novembro de 1971, ao comemorar os 20 anos de sua emancipação, justo seria que a população e que a Administração daquele Município se congregasse, no sentido de promoverem comemorações — e assim se programaram grandes festividades que terão início no próximo dia 7 de novembro, concluindo-se no dia 15 de novembro. Espero que lá estejam autoridades administrativas deste Estado; é uma bela oportunidade para que elas vejam “in loco” o Município de 20 anos cujo progresso se deve, na sua maioria, em sua quase totalidade àqueles que lá trabalham e à Administração Municipal, pois, do progresso de Santo Antônio os Governos do Estado sempre estiveram ausentes. Gostaria que autoridades deste Governo lá comparecessem, não de avião, gostaria que elas chegassem àquele Município por automóvel, para que sentissem a omissão criminosa dos responsáveis pela conservação daquelas estradas do Extremo Sudoeste do Estado; gostaria que percorressem a estrada que liga Santo Antônio a Capanema, Santo Antônio a Barracão. Sem dúvida alguma o estado de abandono total daquelas estradas é de tal monta, que não existe, estou seguro, no Paraná, nenhum caminho tão deficiente como aquele.

Nem luz elétrica, nem água chegou a Santo Antônio do Sudoeste, um dos primeiros Municípios do Paraná, uma das primeiras Comarcas do Sudoeste.

Também lá não existe sistema de água-esgoto.

Comemora, pois, este Município, os seus 20 anos, acontecimento que eu chamaria a maioridade de um Município órfão dos Poderes Públicos. É preciso que o Governo do Estado volte também os seus olhos e se lembre de Santo Antônio, para não apenas lhe cobrar impostos, mas para fazer que chegue até lá luz elétrica, água, rede de água-esgoto; para melhorar aquelas estradas que conduzem a riqueza daquele Município aos outros Municípios e a esta Capital, escoando sua grande produção agrícola.

É preciso que o Governo do Estado faça com que retorne, em benefícios, um aparte daquilo que lá arrecada.

Não poderia, nesta oportunidade, no aniversário de Santo Antônio, deixar de fazer aqui estas considerações. E as faço porque são as reivindicações de seus moradores, suas necessidades, seus merecimentos. Uno-me à administração do Município de Santo Antônio, quando comemora esta data alegre; quero parabenizar-me com o seu atual Prefeito, Dr. Ary Maria Furquim, homem da Arena, mas é imperativo que eu reconheça, pois este reconhecimento me é transmitido por todos os meus companheiros que fazem política naquela região; todos me dão testemunho do desprendimento e dedicação deste administrador, pelo desenvolvimento e pelo progresso daquele Município.

Faço dois, esta comunicação a Casa, ao manifestar a minha alegria e o meu júbilo, pelo aniversário do Município de Santo Antônio do Sudoeste.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa ao orador que tem um minuto para concluir.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Obrigado, sr. Presidente.

Quero deixar, mais uma vez aqui, a minha esperança de que autoridades, de que os homens responsáveis pela administração do Estado do Paraná, com-

pareçam às festividades; vejam com seus próprios olhos, sintam de perto, os problemas daquele Município, porque o Governo tem condições de minorá-los.

Vamos fazer com que chegue luz elétrica, vamos melhorar as estradas que ligam aquele Município aos demais Municípios e a esta Capital.

Muito obrigado a V. Exa., Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Esta presidência tem a honra e a satisfação de anunciar a presença neste Plenário do Prefeito de Icarai.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira. — Apoiado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subscrevi, juntamente com o nobre Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, requerimento dirigido à Mesa desta Casa, solicitando a criação de uma Comissão Especial composta por cinco Senhores Deputados, para estudar as consequências e apurar os prejuízos advindos aos triticultores do Sudoeste paranaense, em virtude de sementes de má qualidade vendidas naquela região pela Café do Paraná.

Estando ausente o nobre Deputado que comigo subscreveu o presente requerimento, quero dizer a esta Casa as razões que nos levaram a este procedimento.

Não é a primeira vez nem mesmo a segunda que a Café do Paraná vem fornecendo sementes de qualidade inferior aos agricultores do Sudoeste do Paraná, vendendo sementes por um preço elevado e determinando a má qualidade da semente fornecida, quase sempre a frustração da lavoura.

Acompanhei, na qualidade de Gerente do Banco do Brasil naquela região, os repetidos erros da Café do Paraná no fornecimento de semente selecionada.

Vejam os senhores a pesquisa que fiz.

A Café do Paraná, desacreditada como está naquela região, determinou que as Cooperativas, determinou que outras organizações fossem adquirir por conta própria sementes no Rio Grande do Sul para fornecer aos agricultores do Sudoeste do Paraná. Ora, as sementes que as Cooperativas adquiriram no Estado sulino, germinaram e deram boa colheita. As sementes que os triticultores plantaram, colhidas da sua lavoura do ano que passou, também germinaram e deram boa colheita. Mas, as sementes que a Café do Paraná vendeu por preço extorsivo, germinaram mas não deram colheita. Infelizmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é a primeira vez que isto ocorre. Não sei o que se passa com a Café do Paraná, mas as sementes fornecidas por esta Empresa determinaram a frustração quase que total da lavoura do Sudoeste do Paraná.

Adquirida a semente no Rio Grande do Sul, a Café do Paraná submeteu-a a um processo de secagem que reduziu em 40% o índice de germinação e o prejuízo foi geral.

Pois bem. Um ou dois anos após a Café do Paraná vai ao Rio Grande do Sul e adquire, para vender ao agricultor do Sudoeste do Paraná, sementes de uma granja que não podia fornecer certificado, e a Café vendeu como semente selecionada e pelo preço de tal.

Ora, a Companhia destinada a promover o fomento agrícola no Estado, tem levado quase sempre prejuízos aos agricultores da região. Adquiriu sementes de granja do Rio Grande do Sul, contra a qual havia procedimento judicial e vendeu ao agricultor do Sudoeste do Paraná pelo mesmo preço em que eram vendidas as melhores sementes por outras Companhias, naquela oportunidade. Ora, é preciso que uma empresa criada para promover o fomento da agricultura se esqueça, não procure pensar que é apenas uma empresa comercial procurando auferir lucros do comércio de sementes e levando prejuízos imensos aos agricultores de todo o Estado do Paraná.

Mas, reputo que o grande prejuízo que a Café do Paraná vem determinando aos agricultores daquela região, prende-se ao seguinte fato: os órgãos de crédito oficial, Banco do Brasil e Banco do Estado do Paraná para efetuarem financiamento de lavouras de trigo, exigem que essas sejam plantadas com sementes certificadas. Pois bem, os agricultores vêm ao Banco do Brasil ou do Estado em busca de financiamento. Os Bancos condicionam a concessão desse crédito a que o agricultor compre sementes certificadas para plantio. Ele compra a semente certificada da Café do Paraná, planta essa semente, mas planta a dele também, que não é certificada, que é, em tese de qualidade inferior e a dele produz o dobro que a da Café do Paraná.

É evidente que o agricultor não volta mais ao Banco para buscar financiamento, porque o Banco obriga a plantar com semente da Café do Paraná e essa semente não germina e quando germina, surgem outros fatores que impedem a boa colheita. O agricultor deixa de recorrer ao crédito, porque tem que se valer daquelas sementes.

Resultado, a Café do Paraná vem determinando que, de ano para ano, os agricultores não busquem mais financiamento nos bancos oficiais de crédito, para plantarem suas lavouras.

Este é o grande problema, sem crédito os agricultores diminuem a área de plantio, com prejuízo para a economia regional.

Há tempos estava para tratar desse assunto desta Tribuna. Lamentavelmente tive de fazê-lo agora, um tanto de afogadilho, sem possuir aqui os elementos que colhi por todo o Sudoeste do Paraná.

Percorri o Município por Município e o fenômeno é o mesmo. As sementes fornecidas pela Café não deram, mais uma vez, bons resultados. Todas as demais sementes plantadas na região, essas sim, germinaram, e apresentaram excelente colheita. É preciso que o Governo do Estado atenda a Café do Paraná, embora eu acredite que em termos regionais dificilmente poderá recuperá-la. O descrédito é tão grande, que o agricultor quer receber semente de qualquer origem, desde que não venha da Café do Paraná.

Forneceu a Café semente de milho híbrido, cujos resultados não foram os desejados. Após a frustração dessa lavoura de milho, a Café do Paraná conservou em estoque durante muito tempo remanescentes daquela semente que não aprovou. A Agrocere, companhia particular, também possuía essas sementes, mas teve a elevada sensibilidade moral, de uma vez comprovada a má qualidade da mesma, ou sua pouca adaptação ao solo do Sudoeste do Paraná, de não mais vender a mesma. Mas a Café do Paraná vendeu a mesma semente, porque tinha em estoque e não queria ter prejuízo.

Não se pode ter sentido comercial em uma companhia de fomento. Entendo que a Café do Paraná deve ser estruturada para promover a produção agrícola em nosso Estado e não para ser mera comerciante de sementes, vendendo por preço extorsivo semente de má qualidade. É preciso que se promova a responsabilidade daqueles que administram esse órgão.

Por esta razão solicitamos a esta Casa a constituição de uma Comissão especial para que se desloque ao Sudoeste do Paraná, converse com os agricultores dos diversos Municípios que constituem aquela região, sinta seus problemas, veja o que eu vi, lavouras plantados com sementes adquiridas com sacrifício, sem qualquer resultado positivo. Assistimos lavouras sendo refeitas, com prejuízo total, sem que a Café do Paraná promova uma forma de indenização àquelas pessoas. Deveria devolver a elas, pelo menos sementes de soja, para aproveitarem o campo e se recuperarem dos prejuízos sofridos.

Mas a Café do Paraná quer fazer comércio, quer ganhar dinheiro à custa do sacrifício dos agricultores do Sudoeste. Era preciso que sentissem, vissem o que eu vi, o drama vivido pelos agricultores daquela região. Áreas e áreas imensas perdidas, porque a Café não procurou atender, como era devido, aos agricultores daquela região, fornecendo-lhe semente adequada. Sei a origem da semente. A Café do Paraná tinha em estoque uma semente que, a partir deste ano, foi incluída entre as sementes não preferenciais. Isso, no

entanto, não impedia o fornecimento das sementes na ausência das preferenciais. A Café do Paraná não comprou semente preferencial suficiente porque tinha em estoque a outra não preferencial. Em vez de comprar a semente adequada ao solo daquela região ficou apenas com a quantidade já mencionada, como se seu estoque da semente não preferencial fôsse suficiente para o atendimento do agricultor. Deixou, também, de tratar as sementes porque o processo era caríssimo, relativamente aos produtos químicos.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a aprovação deste nosso Requerimento é fundamental não somente como satisfação desta Casa aos agricultores do Sudoeste do Paraná, mas também porque mostrará àqueles homens que lá trabalham que o Governo do Estado está interessado em apurar a razão de seus prejuízos, sobretudo quando são determinados por uma empresa de nível estatal.

Sei que essa omissão constituída poderá recuperar, se isto for possível, o bom conceito da Café do Paraná, pois a partir desta investigação, a partir destes levantamentos que serão feitos, a partir das medidas que o Governo, por certo, tomará em consequência destas apurações, não tenho dúvida que o agricultor sentirá que se inicia para ele um período novo.

Se o Governo não pretende tomar providências no sentido de corrigir a Café do Paraná, preste então um benefício ao Sudoeste, tire de lá esta Companhia porque prejuízos já bastam aqueles determinados pelas intempéries, pelos granizos, pelas geadas. A Café do Paraná é muito pior que o granizo e as geadas porque se o granizo, se as geadas quase sempre inutilizam parcialmente as lavouras, a Café do Paraná as inutiliza de forma total.

E, Srs. Deputados, um assunto que venho acompanhando há longo tempo e tenho verificado sempre a omissão quase que total desta Companhia. Não me refiro à atual administração, não quero me referir especificamente àqueles que hoje dirigem a Café do Paraná. Estou falando da Café do Paraná porque conheço toda a história desta Companhia. Ela sempre foi omissa no que diz respeito aos agricultores do Sudoeste do Paraná.

Ou o Governo toma providências para melhorar a Café do Paraná, ou o Governo toma providências para dar mais responsabilidade àquela empresa ou a tire do Sudoeste do Paraná. De qualquer forma estará o Governo prestando um grande serviço àquela região. Muito obrigado a V.Exa., Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Pela ordem). Sr. Presidente, parece que não há Deputados suficientes no Plenário para que a sessão prossiga, daí porque requeiro a chamada nominal para constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados requerida pelo Sr. Deputado Armando Queiroz.

made nominal para constatação de quorum.

(É feita a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 34 Srs. Deputados. Há quorum para votação.

Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 440-68, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos), à Etelvina da Cruz Marcondes, viúva de ex-funcionário do Departamento de Obras e Viação. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 440-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) à Etelvina da Cruz Marcondes, viúva de Eurico Marcondes, ex-funcionário do Departamento de Obras e Viação.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1971:

(aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Pinto Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 61-70, que autoriza o Poder Executivo com apoio no Artigo 125 inciso 7.º da Constituição Estadual, doar um Gabinete Dentário ao Sindicato dos Arrumadores da Cidade de Maringá. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 61-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo com apoio no art. 125, inciso VII da Constituição, autorizado a doar um Gabinete Dentário ao Sindicato dos Arrumadores de Maringá.

Art. 2.º — Os recursos para atender as despesas da presente Lei, correrão à conta da dotação consignada no Orçamento para o exercício de 1970, na Administração Geral do Estado sob título próprio.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/10/71.

(aa) — **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Pinto Dias.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 218-70, que autoriza o Poder Executivo a doar, ao Município de Jataizinho, os lotes de terrenos urbanos, na forma e como especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 218-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, por doação, ao Município de Jataizinho, revertendo desta forma, ao seu patrimônio, os lotes urbanos ns. 9 (nove), 10 (dez) e 12 (doze), da quadra n.º 14 (quatorze), e os lotes urbanos ns. 1 (um), 3 (três), 5 (cinco), 7 (sete), 9 (nove) e 11

(onze), da quatro 15 (quinze), constantes dos Títulos de Propriedade ns. 43 (quarenta e três), 44 (quarenta e quatro) e 45 (quarenta e cinco), expedidos em 03 de dezembro de 1949.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/10/71.

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Pinto Dias.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 308-70, fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Educacional Itaquí, com sede no Município de São José dos Pinhais. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 308-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educacional Itaquí, com sede no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/10/71.

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Pinto Dias.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 25-71, que dá nova redação ao item 3.º do Artigo 195 da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 25-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — O parágrafo único do art. 195 da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único — A cada dependente relacionado no artigo seguinte corresponderá uma cota de salário-família, exceto no caso do item III a que corresponderão três cotas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/10/71.

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Pinto Dias.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 29-71, fica transferida para a responsabilidade do D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município Primeiro de Maio a Sertãoópolis. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 29-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Primeiro de Maio a Sertãoópolis, em um trecho aproximado de 30 quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/10/71.

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Pinto Dias.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 78-71, fica o Poder Executivo autorizado a proceder, através da Secretaria dos Transportes, ao revestimento asfáltico da Rodovia Arapongas-Astorga-Santa Fé-Colorado. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 78-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder através da Secretaria dos Transportes, ao revestimento asfáltico da Rodovia Arapongas — Astorga — Santa Fé — Colorado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/10/71

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Pinto Dias.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 87-71, que autoriza o Poder Executivo estender da sede do Município de Adrianópolis ao Lugar denominado do Ribeirão do Rocha, uma linha de Força e Luz Elétrica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 87-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado através da Secretaria de Obras, a estender linha de força e Luz da sede do Município de Adrianópolis, ao lugar denominado Ribeirão do Rocha.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/10/71.

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Pinto Dias.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 88-71, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada para ligar a sede do Município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão do Rocha. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 88-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir através do Departamento de Estradas de Rodagem, uma estrada para ligar a sede do Município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão do Rocha.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/10/71.

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Pinto Dias.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 174-71, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Vitorino, um Motor e um Trator conforme especifica, pertencentes ao D.A.T.M. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 174-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Vitorino, um motor TD-RM.23352, de Trator Internacional TD-18, e um Trator Fiat — 60 CI, motor n.º 553049, chassis n.º CI X 530532, pertencentes ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/10/71.

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Pinto Dias.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei ns. 105-71, 131-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei ns.: 245-71, 243-71 e 244-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando constituição de uma Comissão Especial composta de cinco Senhores Deputados, para estudar as consequências e apurar os prejuízos advindos aos triticultores do Sudoeste do Estado. — **Rejeitado.**

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que determine seja fornecida a certidão da Ata, com os presentes e com o teor desse Requerimento.

Quero insistir e apelar mesmo para a generosidade de V. Exa., no sentido de que seja fornecida brevemente a certidão desta Ata, pois há um tempo atrás fiz Rquerimento idêntico e até hoje a certidão não me chegou às mãos.

Solicito pois, a certidão da Ata da Sessão de hoje, o conteúdo deste Requerimento e a lista dos presentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita ao Sr. Primeiro Secretário que forneça a certidão solicitada, ao Deputado Sebastião Rodrigues, como o fez da vez passada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para a próxima segunda-feira, dia 8, Sessão Solene para a entrega de Título de Cidadão Honorário ao Dr. Arthur Santos.

A Mesa, antes de levantar a sessão, esclarece ao Deputado Sebastião Rodrigues que as certidões solicitadas pelo mesmo anteriormente, foram fornecidas a um seu funcionário, em seu Gabinete.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente, apenas para agradecer a gentileza da informação.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 9, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 239-69, 113-71, 194-71;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 102-71;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 226-70, 19-71, 105-71, 121-71.

Levanta-se a sessão.